

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	18
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	19

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	43
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	46
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	48
10.5 - Políticas contábeis críticas	50
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	60
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	61
10.8 - Plano de Negócios	62
10.9 - Outros fatores com influência relevante	63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**
- b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**
 - i. Os riscos para os quais se busca proteção**
 - ii. Os instrumentos utilizados para proteção**
 - iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

Os riscos aos quais estamos expostos são monitorados constantemente, a fim de minimizar os impactos que mudanças no cenário macroeconômico, regulação de setores de atuação, entre outros, possam vir a ter sobre as nossas operações e resultados.

Os nossos fluxos de processos e sistemas e de suas controladas são periodicamente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes, tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração, de acordo com os principais *frameworks* de controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez, risco de capital.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, através do uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e de 2014, a Companhia não possuía contratos de derivativo em aberto.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco cambial:

Para administrar nosso risco cambial decorrente de operações comerciais, buscamos equilibrar a nossa balança comercial entre compras e vendas em moedas diferentes da moeda funcional.

Risco de taxa de juros:

Analisamos nossa exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nestes cenários, definimos uma mudança razoável na taxa de juros e calculamos o impacto sobre o resultado. Para cada simulação é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representem as principais posições com juros.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e registrada quando aplicável provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de liquidez:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Monitoramos o nosso nível de liquidez, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, Caixa e Equivalentes de Caixa. Geralmente, isso é realizado em nível local nas nossas controladas operacionais, de acordo com a prática e os limites estabelecidos por nós. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que atuamos. Além disso, a nossa política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Risco de capital:

Monitoramos o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida sobre o capital total. A dívida líquida, conforme calculado por nós, corresponde ao total do endividamento financeiro (incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e *bonds*, de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de endividamento sem previsão de vencimento e o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito. O capital total é apurado através da soma do capital social, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não havia contratos de derivativo em aberto em 31 de dezembro de 2016, 2015 e de 2014.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, segundo as políticas aprovadas, exceto para as controladas em conjunto, as quais são compartilhadas com os demais acionistas controladores. A nossa tesouraria identifica e avalia a posição da Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as nossas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

O monitoramento do impacto das operações com instrumentos derivativos é analisado mensalmente e todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, realizamos testes e controles sistemáticos como análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira, das variações na taxa de juros e dos riscos envolvendo operações com derivativos.

Conforme mencionado acima, estamos expostos a risco de flutuação de taxa de juros e a moedas estrangeiras (diferentes da nossa moeda funcional, o Real), principalmente ao Dólar Norte-Americano, em nossos empréstimos e financiamentos e *bonds*. Realizamos periodicamente a análise que leva em consideração três cenários de flutuação nestas variáveis. Na definição dos cenários utilizados, acreditamos que as premissas abaixo possam ser realizadas, com suas respectivas probabilidades, cabendo salientar, contudo, que estas premissas são exercícios de julgamento efetuado por nós e que podem gerar variações significativas em relação aos resultados reais apurados em função das condições de mercado, que não podem ser estimadas com segurança nesta data para o perfil completo das estimativas.

Conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução 475, a Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade, considerando:

- Cenário de taxa de juros e paridade do Dólar Norte-Americano (US\$) em relação ao Real (R\$) provável estimada por nós:

Taxa de juros para o ano de 2017: 9,5%

US\$: 3,53

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Cenário de taxa de juros e paridade do Dólar Norte-Americano (US\$) em relação ao Real (R\$) possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2017: Aumento para 11,9%
US\$: 4,41

- Cenário de taxa de juros e paridade do Dólar Norte-Americano (US\$) em relação ao Real (R\$) remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2017: Aumento para 14,3%
US\$: 5,30

O impacto apresentado na tabela abaixo refere-se ao período de 1 ano de projeção:

Análise de Sensibilidade - Variações moeda estrangeira e taxa de juros conforme cenário acima descrito - R\$ mil:

Operação	Risco	Em milhares de R\$		
		Cenário conforme definição acima		
		Provável	Possível	Remota
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	8.478	36.096	63.714
Empréstimos e financiamentos	Alta de taxa de juros	120	150	180
Total (ganho) perda		8.598	36.246	63.894

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**
- b. As estruturas organizacionais envolvidas**
- c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

Adotamos práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de nossos processos, assim como busca garantir a ampla transparência de nossos negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBOVESPA; (v) Traduções de documentos e informes financeiros para investidores estrangeiros, (vi) Apresentações públicas, em Português e Inglês, no horário ajustados ao Brasil e Ásia; (vii) sua página na internet e blog para investidores; e (viii) relacionamento com analistas, investidores, agências de classificação de risco, assessorias de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos gestores profissionais.

Desde 2011 possuímos o Centro de Serviço Compartilhado (CSC), o qual atende as Unidades de negócio situadas no Brasil. O CSC tem uma operação independente a Unidade de Negócio, prestando serviços na área Financeira, Recursos Humanos, Controladoria, Tecnologia da Informação e Suprimentos Não Produtivos. O Centro de Serviço tem com objetivo a padronização dos processos e informações.

Os fluxos de nossos processos e sistemas são periodicamente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais *frameworks* de controles.

- d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**
- e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Nossos auditores emitiram em Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos, as seguintes novas recomendações e recomendações originárias de auditorias/revisões passadas, ainda não solucionadas:

Parte A - Novas recomendações

Seção I - Deficiências significativas de controles internos

I.1 Análise especializada - IFRS

A Companhia não possui em sua estrutura de reporte financeiro especialista em normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para temas complexos, bem como não se utiliza de especialistas externos em tais situações, não havendo também processo formal de análise de temas dessa natureza, tais como memorandos internos. Durante o exercício de 2016, alguns temas relacionados ao processo de recuperação judicial exigiram análise aprofundada e especializada dos efeitos dos planos de recuperação judicial da Companhia e seus impactos jurídicos e legais sobre as demonstrações financeiras. A falta de um especialista interno ou externo para apoiar as decisões e julgamentos da administração a respeito do tema torna o processo de preparação das demonstrações financeiras mais e suscetível a erros.

Dentre os assuntos críticos oriundos desses eventos destacamos:

- a) Reconhecimento dos efeitos de reestruturação das dívidas sujeitas ao plano de recuperação judicial nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Nesse aspecto recomendamos que a Companhia documente suas análises sobre a conformidade das demonstrações financeiras com o CPC 38 (IAS 39), considerando principalmente os seguintes parágrafos:

“39. A entidade deve remover um passivo financeiro (ou parte de passivo financeiro) de sua demonstração contábil quando, e apenas quando, for extinto – isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar.”

“40. A troca entre tomador e fornecedor de empréstimos existentes e tomador e fornecedor de instrumentos de dívida com termos substancialmente diferentes deve ser contabilizada como extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de novo passivo financeiro. De modo similar, uma modificação substancial nos termos de passivo financeiro existente ou de parte dele (quer seja atribuível à dificuldade financeira do devedor, quer não) deve ser contabilizada como extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de novo passivo financeiro.” (nossos grifos)

“41. A diferença entre a quantia escriturada de passivo financeiro (ou de parte de passivo financeiro) extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, deve ser reconhecida no resultado.” (nossos grifos)

b) Reconhecimento contábil da parcela das dívidas sujeitas a recuperação judicial a ser quitada por meio da obrigação de emissão dos bônus de subscrição em até 24 meses nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Nesse aspecto recomendamos que a Companhia documente a análise efetuada sobre a conformidade com o CPC 38 (IAS 39) e CPC 39 (IAS 32), considerando principalmente os seguintes parágrafos:

CPC 38 - 14. A entidade deve reconhecer o ativo financeiro ou o passivo financeiro nas suas demonstrações contábeis quando, e apenas quando, a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento (ver o item 38 com respeito a compras regulares de ativos financeiros).

CPC 39 - 16. Quando um emitente aplicar as definições do item 11 para determinar se um instrumento financeiro é um instrumento patrimonial em vez de um passivo financeiro, o instrumento será um instrumento patrimonial se, e somente se, estiver de acordo com ambas as condições (a) e (b) a seguir:

(a) o instrumento não possuir obrigação contratual de:

(i) entregar caixa ou outro ativo financeiro à outra entidade; ou

(ii) trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis ao emissor.

(b) se o instrumento será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais do próprio emitente, é:

(i) um não derivativo que não inclui obrigação contratual para o emitente de entregar número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais; ou

(ii) um derivativo que será liquidado somente pelo emitente por meio da troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro por número fixo de seus instrumentos patrimoniais. Para este efeito, os instrumentos patrimoniais do emitente não incluem instrumentos que têm todas as características e satisfazem as condições descritas nos itens 16A e 16B ou itens 16C e 16D, ou instrumentos que são contratos para futuro recebimento ou entrega de instrumentos patrimoniais do emitente.

Uma obrigação contratual, incluindo aquela advinda de instrumento financeiro derivativo, que resultará ou poderá resultar em entrega ou recebimento futuro dos instrumentos patrimoniais do próprio emitente, mas não satisfazem às condições (a) e (b) acima, não é um instrumento patrimonial...(nossos grifos)”

“AG13. Exemplos de instrumentos patrimoniais incluem ações ordinárias não resgatáveis, alguns instrumentos resgatáveis (ver itens 16A e 16B), alguns instrumentos que impõem à entidade obrigação de entregar, para outra contraparte, parte de seus ativos (pro-rata) líquidos de uma entidade somente na liquidação (ver itens 16C e 16D), alguns tipos de ações preferenciais (ver itens AG25 e AG26), warrants e opções de compra lançadas (bônus de subscrição) que permitem ao detentor subscrever ou adquirir um número fixo de ações ordinárias não resgatáveis da entidade emissora em troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro. A obrigação da entidade de emitir ou comprar um número fixo de suas próprias ações por um montante conhecido de caixa ou outro ativo financeiro é um instrumento patrimonial da entidade (exceto de acordo com o disposto no item 22A). No entanto, se esse contrato contém uma obrigação por parte da entidade de pagar um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro (que não um contrato classificado como patrimônio de acordo com os itens 16A e 16B ou itens 16C e 16D), ele também dá origem a uma obrigação pelo valor presente do valor do resgate (ver item AG27(a)). O emitente de ações ordinárias não resgatáveis assume um passivo quando formaliza o ato para fazer uma distribuição e se torna legalmente obrigado a fazê-lo perante os acionistas. Esse pode ser o caso após a declaração de dividendos ou quando a entidade está sendo liquidada e os ativos remanescentes serão distribuídos para os acionistas.”

Comentários da Administração:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia possui responsável técnico devidamente habilitado pelo CRC, e que cumpri com todas as exigências de treinamento e formação complementar formuladas pelos órgãos competentes. Além disso, a Companhia sim conta com o apoio externo de especialistas, contadores e advogados especializados, os quais emitiram suas opiniões sobre os assuntos acima apontados.

Referidos assuntos são bastante complexos, sendo que a normas permitem diversidade de interpretações e não há casos idênticos, ou sequer análogos, que poderiam servir de paradigma para as definições necessárias. Da mesma forma que os auditores apontam não terem encontrado “especialista em normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para temas complexos” na Companhia, da mesma forma, nas tratativas das questões com a KPMG, a empresa considera que não encontrou nos interlocutores da auditora a autoridade no assunto que pudesse elevar o nível da fundamentação das discussões.

Quanto à susceptibilidade à erros, ressaltamos que a experiência do ano de 2016 aponta que houve uma reapresentação decorrente de motivo muito menos nobre do que a interpretação de temas complexos, que poderia ter sido evitada não fossem erros humanos tanto da equipe da empresa como da auditoria.

Seção II - Outras recomendações para melhoria dos controles internos, riscos identificados e melhoria dos procedimentos contábeis

II.1 Tabela de preço não formalizada no sistema

Situação observada

Na filial Valmicro (a qual utiliza o sistema MBI) algumas vendas são realizadas por contratos e outras não possuem contrato, não sendo usual o processo de licitação. A solicitação de proposta é recebida normalmente por e-mail ou carta. A partir da solicitação, elabora-se a proposta com base na tabela de preços elaborada pelo orçamentista, porém a tabela de preços não está formalizada no sistema MBI.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia inclua a tabela de preço no sistema da Valmicro.

Possíveis efeitos

Venda de itens com preços diferentes da tabela de preço aprovada pela administração.

Comentários da Administração:

Os pedidos de vendas da unidade Valmicro, na sua grande maioria, são por encomendas de produtos específicos, sendo customizados conforme solicitação e necessidade do cliente de cada pedido, não seguindo padrões seriados, e por isso não é utiliza uma tabela de preço fixa.

A empresa está trabalhando no aumento da sistematização do processo, pelo qual uma porcentagem relevante dos produtos, poderiam chegar a ser tabelados, não só na Valmicro como em outras linhas de negócio.

II.2 Falta de formalização da análise de crédito

Situação observada

A partir da inclusão dos pedidos de venda no sistema (pedido que não provêm de licitação – 10% das vendas realizadas), o setor comercial solicita o crédito para o cliente, através do sistema SAP, então a área de Crédito e Cobrança, centralizada em Caxias do Sul, verifica o limite do cliente sugerido pelo Serasa, e caso esse estiver semelhante ao valor solicitado pelo setor comercial, a área financeira libera o crédito, do contrário o comercial renegocia o crédito com o cliente. Não é exigida nenhuma documentação do cliente para uma análise de crédito mais ampla, a única consulta realizada é no Serasa e internet.

Recomendação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendamos que a Companhia crie mecanismos de avaliação de crédito e procedimentos internos quanto a documentação que o cliente deve fornecer.

Possíveis efeitos

Avaliação de crédito sem base de riscos e suporte documental.

Comentários da Administração:

A Companhia possui procedimentos para análise de crédito onde para novos clientes é solicitado:

- Ficha cadastral;
- 3 (três) últimos Balanços;
- Faturamento dos últimos 12 (doze) meses;
- Consulta ao Serasa;
- Referências comerciais; e
- Análise de liquidez.

Para clientes ativos é realizada e/ou solicitada, além das documentações acima, análise de limite conforme movimentação, e análise de inadimplência.

Nos casos em que o cliente não fornece a documentação requerida no tempo hábil, a decisão de fornecimento é tomada pelos gestores.

Ressalta-se que em muitos casos, o volume fornecido é absolutamente irrelevante para o tamanho das operações do cliente, não sendo o fornecimento da Lupatech determinante da situação financeira futura do cliente. Nessas situações, informações cadastrais básicas e histórico do cliente são considerados suficientes para a tomada de decisão.

II.3 Acesso a transação de crédito por funcionários que não fazem parte do setor financeiro

Situação observada

Além dos funcionários do setor financeiro que estão listadas na transação Z_BR_CSC_FI_MOD_10_CSC – (Modificar administração crédito cliente), observamos que o Gerente da Controladoria possui acesso à liberação do crédito.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia crie mecanismos de bloqueio a usuários que não fazem parte do setor financeiro.

Possíveis efeitos

Alteração cadastral por pessoas que não são do setor responsável pelo cadastro.

Comentários da Administração:

Nosso Gerente de Controladoria é responsável pela área financeira, sendo pertinente e fundamental seu acesso as transações do setor financeiro no sistema SAP.

II.4 Inexistência de trava para as alçadas determinadas pela administração de liberação de crédito.

Situação observada

A área de crédito possui a alçada de até 300 mil para aprovação de limites, acima deste valor é preciso solicitar aprovação (por e-mail) do Responsável pela aprovação. No entanto o sistema não possui travas para que elas liberem limites superiores a 300 mil. Apesar do sistema SAP bloquear o pedido quando o cliente possui títulos em atraso, há a possibilidade de liberação de crédito sem autorização e sem limite de liberação de crédito.

Recomendação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendamos que a Companhia crie mecanismos de bloqueio de alçadas superiores a 300 mil e de liberação de crédito bloqueado com segregação de função entre o usuário aprovador e o que cria o pedido.

Possíveis efeitos

Risco de liberação de crédito para clientes que na avaliação da Companhia poderiam não conseguir honrar seus compromissos.

Comentários da Administração:

Para realizar qualquer faturamento (emissão de notas fiscais) é necessário autorização e limite do pedido, sendo que o sistema não libera sem essas duas condições.

Quando um pedido ultrapassa o valor de limite, este é encaminhado para análise da gerencia onde é feita avaliação/aprovação de acordo com cada situação.

A única exceção, se tratando a sistema, é com o cliente Petrobras, que não possui essa trava quanto a limite no SAP.

II.5 Não há controle de liberação de crédito para a filial Valmicro

Situação observada

A filial Valmicro opera com o sistema Netterm (MBI), o qual solicita liberação para todos os pedidos, independente se o cliente está em dia ou não. A área financeira – contas a receber possui acesso para liberar qualquer valor, sem aprovação formal, pois as transações dessas filiais normalmente são de pequenos valores. No sistema Netterm (MBI) não tem limite de crédito cadastrado para os clientes.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia crie procedimentos de avaliação de crédito e crie mecanismos de bloqueio para liberação de crédito.

Possíveis efeitos

Risco de liberação de crédito para clientes que na avaliação da Companhia poderiam não conseguir honrar seus compromissos.

Comentários da Administração:

O sistema MBI possui a possibilidade de inclusão de bloqueio, conforme necessidade ou fragilidade do cliente. Mas esse bloqueio é realizado manualmente pelo usuário.

A Administração, teria que buscar uma customização para desenvolver uma trava automática e padronizada para limites de créditos no sistema. Como existe o planejamento de substituição do MBI pelo SAP na unidade, a decisão de efetuar a customização será tomada de acordo com o cronograma de troca do sistema.

II.6 Falta de bloqueio sistêmico para encerramento as atividades do mês

Situação observada

No 1º dia útil de cada mês, através da rotina OKP1, o setor de custos realiza o bloqueio de atividades do mês anterior, para que não sejam realizados apontamentos de atividades fora da data correta. A atividade é manual. Caso haja o esquecimento de rodar a rotina, o sistema continua em aberto.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia crie procedimentos sistêmico para bloqueio de custo junto com o fechamento do período.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Possíveis efeitos

Risco de apontamento de custos fora do período adequado influenciando no cálculo da valorização do estoque e do custo.

Comentários da Administração:

A Companhia possui controle interno para identificar lançamentos feitos fora do período. O próprio sistema SAP acusa lançamentos efetuados fora do período, no momento que são gerados novos relatórios.

A recomendação será devidamente apreciada.

II.7 Estoques registrados à menor

Situação observada

A valorização dos estoques realiza-se após as contagens de inventário realizadas mensalmente. Os custos apropriados são apenas de matérias primas. Com base nisso, os gastos com folha de pagamento (integrados à contabilidade pelo sistema Metadados) são integralmente reconhecidos no resultado assim como outros gastos de fabricação, como depreciação, energia elétrica e outros. O que resulta em estoques registrados à menor por não haver apropriação de mão de obra e gastos gerais de fabricação aos estoques, e esses estarem reconhecidos diretamente no resultado, aumentando as despesas e reduzindo o resultado líquido do período.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia crie processo de rateio de demais custos agregados diretamente aos produtos consumidos.

Possíveis efeitos

Estoques registrados a menor, distorção gerencial na avaliação do custo.

Comentários da Administração:

Há algum equívoco dos srs. Auditores com respeito ao processo de custeio da Companhia. A descrição acima não corresponde aos fatos. Os custos sim recebem a apropriação de gastos gerais, mão de obra direta e indireta.

II.8 Falta de formalização de cotações

Situação observada

O comprador não consegue gerar o pedido de compra sem requisição, as quais são de responsabilidade dos gerentes das plantas. Após a aprovação via sistema de todos os responsáveis, a requisição vai para o departamento de compras onde serão efetuadas as três cotações para itens que não tem tabela de preços com fornecedores, (não possuem contrato). No entanto, nem sempre são efetuadas 3 cotações para cada fornecedor e muitas vezes elas não são formalizadas.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia formalize as 3 cotações e/ou crie campos de justificativa com aprovação do porquê não utilizarem 3 cotações.

Possíveis efeitos

Compras realizadas por maior custo.

Comentários da Administração:

A companhia realiza as 3 (três) cotações para cada fornecimento, principalmente para novas aquisições. O que pode ocorrer é compra de um item ou encomenda específica onde só há um fornecedor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O problema está na formalização/centralização das informações das cotações que não são incluídas no sistema.

Estamos trabalhando para melhorar essa sistemática de apresentação/uniformidade das informações quanto as cotações realizadas, e guarda das informações para auditoria posterior.

II.9 Não há conciliação Pedido de Compra x Nota Fiscal

Situação observada

Todas as notas fiscais são conferidas com o número do pedido e quantidades. Se as quantidades no pedido estão menores do que a nota fiscal, o sistema bloqueia e o pedido fica com o status "aguardando" até resolver o problema. Se as quantidades no pedido estão maiores que a nota fiscal, a mesma pode ser lançada, mas a diferença fica em aberta no sistema, ou o pedido é modificado.

Recomendação

Conferência os pedidos modificados com a Contabilização no sistema.

Possíveis efeitos

Compras contabilizadas por valor ou quantidades incorretas.

Comentários da Administração:

O que ocorre é que alguns pedidos são realizados com emissão de mais de uma nota fiscal, em momentos diferentes, onde o pedido fica em aberto até se realizarem todas as aquisições nele contido. Quando não há realização do total das quantidades solicitadas, ocorre a alteração do pedido para as quantidades realizadas.

Essa sistemática não caracteriza compra de quantidades incorretas ou contabilização de valores errados.

O departamento fiscal realiza conciliações quanto aos itens contidos em cada nota fiscal conforme seu pedido.

II.10 Falta de segregação de função

Situação observada

Os pagamentos são realizados diariamente de forma sistêmica, sendo que apenas algumas guias são pagas manualmente. As guias pagas manualmente, são lançadas pela contabilidade e, liberadas para o financeiro pagar. O financeiro não tem acesso a transação de lançamentos manuais – FB60 (referentes a impostos, por ex.) ou a transação F-47 (adiantamentos) com exceção do usuário do Gerente de Controladoria, que possui acesso as duas transações, a do sistema financeiro e do sistema contábil no qual permite realizar incluir pagamentos manualmente no sistema e liberar para o financeiro.

Recomendação

Bloqueio sistêmico para alteração financeira do usuário do contábil.

Possíveis efeitos

Aprovação de pagamentos criados pelo próprio usuário.

Comentários da Administração:

O gerente de controladoria possui acesso aos dois sistemas por ser responsável tanto pela área financeira como a área contábil da Companhia.

I.11 Adiantamento para futuro aumento de capital não realizado - AFAC

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Situação observada

A Lupatech tem como procedimento remeter recursos financeiros para auxiliar nos custos de algumas empresas. As empresas receptoras dos recursos não possuem geração de receita, com isso, os pagamentos/devoluções dos valores remetidos são registrados na Lupatech S.A. como operações de Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) e não como transação de crédito entre pessoas jurídicas (mútuo).

Cumpramos esclarecer, preliminarmente, que não identificamos na legislação previsão legal expressa que disciplina o instituto do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC). Com isso, não é possível determinar de forma clara e objetiva quais são os aspectos que diferenciam as transações de AFAC das operações de mútuo.

Entretanto, com base nos entendimentos das decisões e nas próprias opiniões da RFB, entendemos que é possível estabelecer alguns procedimentos preliminares com o intuito de que se possa argumentar a distinção entre as operações de AFAC e as transações de mútuo, que são elas, e não limitadas, a saber:

- ✓ Que a utilização da rubrica contábil de AFAC não seja única e exclusivamente com a finalidade de pagamento de despesas de empresas ligadas;
- ✓ Que a operação de AFAC não tenha devoluções contínuas do valor adiantado aos sócios;
- ✓ Que a efetivação do aumento de capital seja efetuada em um prazo razoável e registrada em ata de assembleia de acionistas;
- ✓ Que a operação não tenha a incidência de juros;
- ✓ Que a operação possua justificativas societárias e comerciais para a sua efetiva realização, e que não seja apenas um subterfúgio para a não incidência de IOF; e
- ✓ Que a destinação dos adiantamentos recebidos, com a intenção de capitalização, seja documentada por instrumentos formais irrevogáveis dos acionistas, quotistas e órgãos diretivos da empresa e não somente por intenções declaradas verbalmente.

Diante do exposto, entendemos que o procedimento adotado pela Lupatech S.A, de remeter mensalmente recursos financeiros para o pagamento de despesas de algumas empresas do Grupo, poderá ensejar questionamentos por parte RFB. Nesse caso, as autoridades poderão entender que na essência se trata de uma operação de mútuo entre as empresas.

Comentários da Administração:

A Companhia dará a devida atenção aos pontos levantados.

I.12 Controle de títulos em cobrança

Situação observada

O Banco Itaú respondeu saldos em cobrança, no entanto o cliente não possui controle dos títulos em cobrança junto aos bancos.

Recomendação

Conciliação entre contas a receber e os títulos encaminhados para cobrança pelos bancos.

Possíveis efeitos

Falta de controle do contas a receber.

Comentários da Administração:

Possuímos controles dos títulos negociados, mas concordamos que possuímos históricos nos registros com descrições não claras no contas a receber, dificultando identificações e conciliação. Trabalharemos para organizar o passado e melhorar a codificação para facilitar o controle.

II.13 Ausência de conciliação no contas a receber com a Petrobrás

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Situação observada

Com base em nossa análise, verificamos que o saldo em aberto com a Petrobrás S.A é oriundo de pendências de conciliação. Não identificamos risco para o saldo, entretanto, apontamos uma falha de controle para os itens não conciliada.

Recomendação

Conciliação do saldo em aberto com os pagamentos realizados pelo cliente

Possíveis efeitos

Erro na apresentação do saldo do contas a receber x adiantamentos recebidos

Comentários da Administração:

Procede. A Companhia tem efetuado as conciliações que em muitos casos tem se revertido em ações de cobrança, inclusive judiciais, contra a Petrobras. O que faz o trabalho demorado é a dificuldade de interlocução com o cliente, devido as mudanças por que vem passando.

II.14 Contabilização da obrigação de emitir bônus de subscrição

Situação observada

A Companhia efetuou os ajustes relacionados à aplicação dos conceitos contidos no pronunciamento técnico CPC 38 (IAS 39), relacionados ao reconhecimento contábil dos efeitos do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado pelo poder judiciário, particularmente vinculados à obrigação de emitir bônus de subscrição aos credores de parte do endividamento no passivo não circulante e o ajuste a valor justo de tal passivo no resultado do exercício, diretamente nas demonstrações financeiras para fins de apresentação ao mercado e órgão regulador. O reconhecimento de tais efeitos na escrituração contábil das empresas do grupo foi efetuado integral e diretamente no patrimônio líquido em função do entendimento da Administração e de seus assessores jurídicos de que esta contabilização é a que melhor reflete os requerimentos da lei 6404/1976 sobre o tratamento contábil aplicável à emissão de bônus de subscrição. Salientamos que o procedimento efetuado e a consequente diferença entre a escrituração contábil e as demonstrações financeiras divulgadas geram risco de questionamentos por partes das autoridades do país. O tratamento contábil aplicado nas demonstrações financeiras decorre da aplicação dos seguintes normativos:

CPC 39 (IAS 32)

16. Quando um emitente aplicar as definições do item 11 para determinar se um instrumento financeiro é um instrumento patrimonial em vez de um passivo financeiro, o instrumento será um instrumento patrimonial se, e somente se, estiver de acordo com ambas as condições (a) e (b) a seguir:

(a) o instrumento não possuir obrigação contratual de:

(i) entregar caixa ou outro ativo financeiro à outra entidade; ou

(ii) trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis ao emissor.

(b) se o instrumento será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais do próprio emitente, é:

(i) um não derivativo que não inclui obrigação contratual para o emitente de entregar número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais; ou

(ii) um derivativo que será liquidado somente pelo emitente por meio da troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro por número fixo de seus instrumentos patrimoniais. Para este efeito, os instrumentos patrimoniais do emitente não incluem instrumentos que têm todas as características e satisfazem as condições descritas nos itens 16A e 16B ou itens 16C e 16D, ou instrumentos que são contratos para futuro recebimento ou entrega de instrumentos patrimoniais do emitente.

Uma obrigação contratual, incluindo aquela advinda de instrumento financeiro derivativo, que resultará ou poderá resultar em entrega ou recebimento futuro dos instrumentos patrimoniais do próprio emitente, mas não satisfazem às condições (a) e (b) acima, não é um instrumento patrimonial... (nossos grifos)"

"AG13. Exemplos de instrumentos patrimoniais incluem ações ordinárias não resgatáveis, alguns instrumentos resgatáveis (ver itens 16A e 16B), alguns instrumentos que impõem à entidade obrigação de entregar, para outra contraparte, parte de seus ativos (pro-rata) líquidos de uma entidade somente na liquidação (ver itens 16C e 16D), alguns tipos de ações

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

preferenciais (ver itens AG25 e AG26), warrants e opções de compra lançadas (bônus de subscrição) que permitem ao detentor subscrever ou adquirir um número fixo de ações ordinárias não resgatáveis da entidade emissora em troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro. A obrigação da entidade de emitir ou comprar um número fixo de suas próprias ações por um montante conhecido de caixa ou outro ativo financeiro é um instrumento patrimonial da entidade (exceto de acordo com o disposto no item 22A). No entanto, se esse contrato contém uma obrigação por parte da entidade de pagar um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro (que não um contrato classificado como patrimônio de acordo com os itens 16A e 16B ou itens 16C e 16D), ele também dá origem a uma obrigação pelo valor presente do valor do resgate (ver item AG27(a)). O emitente de ações ordinárias não resgatáveis assume um passivo quando formaliza o ato para fazer uma distribuição e se torna legalmente obrigado a fazê-lo perante os acionistas. Esse pode ser o caso após a declaração de dividendos ou quando a entidade está sendo liquidada e os ativos remanescentes serão distribuídos para os acionistas.” (nosso grifos)

CPC 38 (IAS 39)

“39. A entidade deve remover um passivo financeiro (ou parte de passivo financeiro) de sua demonstração contábil quando, e apenas quando, for extinto – isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar.”

“40. A troca entre tomador e fornecedor de empréstimos existentes e tomador e fornecedor de instrumentos de dívida com termos substancialmente diferentes deve ser contabilizada como extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de novo passivo financeiro. De modo similar, uma modificação substancial nos termos de passivo financeiro existente ou de parte dele (quer seja atribuível à dificuldade financeira do devedor, quer não) deve ser contabilizada como extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de novo passivo financeiro.” (nossos grifos)

“41. A diferença entre a quantia escriturada de passivo financeiro (ou de parte de passivo financeiro) extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, deve ser reconhecida no resultado.

Comentários da Administração:

Não procede a observação do auditor. A Companhia refletiu integralmente os efeitos do balanço publicado em seus registros contábeis e informações prestadas.

II.15 Despesas de competência 2016 contabilizados em 2017

Situação observada

Verificamos que algumas despesas de competência 2016 foram contabilizados em 2017. Falta de controle no registro das despesas em sua competência.

Recomendação

Mecanismo de controle para reconhecimento de despesas dentro do mesmo exercício/competência.

Possíveis efeitos

Não reconhecimento de despesas no período adequado.

Comentários da Administração:

A Companhia procura realizar provisionamento de todas as despesas pertinentes ao seu período de competência, principalmente das despesas recorrentes. O que pode ocorrer é despesas identificadas a períodos já encerrados e lançados sem devido provisionamento, pelo atraso na identificação.

Estamos trabalhando para identificar/melhorar controle de despesas que possam vir a ser registradas sem provisionamentos ou fora de seu período de competência.

Parte B – Recomendações originárias de auditorias passadas, ainda não solucionadas

Seção I - Deficiências significativas de controles internos

I.I Continuidade operacional – acompanhamento dos planos de recuperação da Companhia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Situação observada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízo e não têm gerado caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato da Companhia e suas controladas terem ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. A reversão desta situação de prejuízos recorrentes e dificuldade na geração de caixa depende do sucesso dos planos de readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia e suas controladas, assim como o cumprimento do plano de recuperação judicial, descritos na nota explicativa no 1.1 e 1.2 às demonstrações financeiras.

Recomendação

Salientamos a necessidade da Administração realizar acompanhamento constante dos planos de recuperação da Companhia, assim como revisões periódicas, avaliando os resultados dos planos de readequando estratégias, quando apropriado.

Comentários da Administração:

A Administração tem monitorado permanentemente as necessidades de recursos de curto prazo da Companhia visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios e ações a serem tomadas neste contexto.

A Administração tem conduzido ações e negociações, com apoio de seus assessores financeiros, que podem incluir transações de capital e/ou desinvestimentos de ativos, entre outras, visando a obtenção de recursos financeiros. Durante o ano 2016, a Administração deu continuidade às negociações e considerando o andamento e estágio atual dessas ações, a Administração tem a expectativa de que recursos adicionais serão obtidos no decorrer de 2017.

A continuidade operacional da companhia, incluindo a recuperação de seus ativos e reestruturação dos cronogramas de pagamento dos passivos, depende, por tanto, da capacidade de a companhia obter recursos adicionais, necessários a suas operações e ao cumprimento do plano de recuperação judicial.

I.2 Recuperabilidade dos créditos tributários

Situação observada

A Companhia possui o acúmulo de créditos fiscais advindo de suas operações e suas atividades. Durante o exercício de 2015, houve esforços da Administração com o intuito de realização dos saldos de créditos fiscais através de ações estratégicas.

Em alguns casos, a recuperabilidade dos tributos está estritamente vinculada à capacidade e os planos desenvolvidos pela Administração para sua realização. Entendemos ser necessário o acompanhamento e monitoramento constante dos saldos contábeis de créditos de impostos.

Recomendação

Acompanhamento permanente dos planos de recuperabilidade dos créditos tributários.

Comentários da Administração:

A Companhia acompanha a recuperação e trabalha arduamente para recuperação dos mesmos.

Seção II - Outras recomendações para melhoria dos controles internos, riscos identificados e melhoria dos procedimentos contábeis

II.1 Melhoria dos controles gerais de TI

Riscos identificados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Durante o exercício de 2015, identificamos oportunidades de melhorias sistêmicas, relacionadas a concessões de acessos, revisões de perfis de acesso, aprovação de mudanças, super usuários e homologação de mudanças em sistemas. A finalidade principal dessas ações é a identificação de potenciais conflitos de segregação de função e fragilidades na execução das transações sistêmicas realizadas pela Companhia. Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia não havia concluído a avaliação integral dos pontos nos sistemas relevantes, e a avaliação de potenciais transações que possam conter riscos nos sistemas relevantes da Companhia.

Recomendamos a revisão periódica dos perfis de acesso dos usuários dos sistemas relevantes para a operação da Companhia, realizada pelo nível adequado da governança corporativa, incluindo a descrição adequada das atividades a serem executadas por cada perfil de acesso sistêmico e considerando a adequada segregação de funções na Companhia.

A ausência de revisões periódicas de perfis de acessos e transações sistêmicas podem permitir acesso indevido a informações críticas da Companhia e a execução de transações sem a devida segregação operacional de funções.

Comentários da Administração:

Os sistemas não são revisados periodicamente, mas sempre que há uma nova contratação, troca de função, ou adequação de perfil, é realizada análise de liberações e acessos.

Uma trava ou segurança existente no SAP, é que quando uma função não é executada por um longo período de tempo, essa função é bloqueada automaticamente pelo sistema, necessitando de nova liberação e assim passando por nova análise.

II.2 Provisões contábeis

Riscos identificados

Realizamos procedimentos de avaliação de provisões de estoques e contas a receber da Companhia e suas controladas. Consideramos o cenário econômico nos locais em que a Companhia e suas controladas operam, assim como a atual situação econômico-financeira do Grupo.

Recomendamos que a Companhia avalie suas provisões contábeis, considerando as mudanças de cenário externo e interno, adequando as políticas contábeis, quando apropriado, às mudanças substanciais nos cenários internos e externos.

Os riscos e incertezas que inevitavelmente existem em torno de muitos eventos e circunstâncias devem ser levados em consideração para se alcançar a melhor estimativa da provisão, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Assim, as provisões devem ser reavaliadas e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

Comentários da Administração

A Companhia permanentemente revisa os saldos de provisões de acordo ao CPC 25, os quais inclusive são trimestralmente escrutinizados pelos Auditores.

II.3 Formalização apropriada dos controles internos

Riscos identificados

Durante a auditoria de 2015, realizamos avaliações de controles internos da Companhia, nas principais áreas de operação. Nessas avaliações, consideramos diversos fatores, incluindo o grau de formalização dos controles e a eficiência operacional durante todo o exercício social.

De forma geral, destacamos como risco a falta de formalização dos controles internos da Companhia. Ainda que a administração controle informalmente as atividades realizadas pelos seus colaboradores, a cultura de controles internos, tanto no nível de controles automatizados (controle de acesso, segregações de funções) quanto no nível de controles manuais, permite a administração identificar potenciais riscos e segregar apropriadamente as responsabilidades entre os gestores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**Comentários da Administração:**

Não temos instalado um setor de auditoria interna na Companhia, mas possuímos controles dos processos e operações. A crise e as transformações por que passa a Companhia não permitiram ainda um nível de estabilidade de pessoas, processos e operações que viabilizasse uma revisão mais ampla e duradoura dos métodos de controle.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Comentários sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício de 2014, a Companhia apresentou relevantes limitações em relação ao saldo de caixa e acesso a linhas de crédito.

No terceiro trimestre de 2014, houve significativa alteração no cenário do segmento de Óleo e Gás, resultado da drástica queda do preço do barril de petróleo e da crise pela qual o principal cliente da Lupatech, a Petrobras, vem atravessando. É importante ressaltar que a Lupatech não possui qualquer relação com as denúncias que envolvem os fornecedores e a própria Petrobras, mas ainda assim, a instabilidade gerou a partir dessa situação efeito negativo sobre toda a cadeia de suprimentos. Tal mudança de cenário fez com que a execução de potenciais desmobilizações planejadas de ativos *non-core* fosse dificultada, além de que tornou a obtenção de linhas de crédito no sistema financeiro e a atração de investidores para a Companhia inviável.

Em 25 de maio de 2015, a Companhia ajuizou, em conjunto com outras empresas do Grupo Lupatech, pedido de recuperação judicial.

Em 18 de novembro de 2015, a Assembleia Geral dos Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial, sendo o mesmo homologado em 11 de dezembro de 2015 pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, sem quaisquer ressalvas.

No ano 2015, a Administração teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de substanciais quantias do seu principal cliente (R\$ 36.951 em dezembro de 2015) e a venda de participações societárias (R\$ 28.599 em março de 2016).

No curso de 2016, a Companhia foi capaz de injetar equilibrar ainda que com restrições o capital de giro e executar os investimentos requeridos pelas suas operações. Entretanto, em qualquer cenário desenvolvido pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. Determinadas unidades de negócios têm tido suas operações substancialmente afetadas pelas condições de mercado de óleo e gás e pelas repercussões do processo de Recuperação judicial, tendo o seu nível de atividade e seu desempenho operacional limitado. Na avaliação da Companhia, estas unidades voltarão a operar da maneira esperada à medida que o ambiente de negócios se normalize, sempre que os recursos necessários ao seu capital circulante sejam conferidos.

Em 27 de junho de 2016, provimentos dados a agravos de Instrumentos interpostos por dois credores, anularam a decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech, sendo que em atenção à decisão proferida pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi apresentado um novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech junto ao juízo de origem.

O Novo Plano de Recuperação Judicial estabelece os termos e condições para a reestruturação das dívidas do Grupo Lupatech e atende aos critérios estabelecidos nos acórdãos da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em 8 de novembro de 2016, o Novo Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, em 01 de dezembro de 2016, estando, portanto, o Grupo Lupatech e todos os credores sujeitos ao cumprimento do plano e obrigados legalmente ao cumprimento do plano a partir desta data.

Apresentamos embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 15 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Diante da homologação final do juízo, o prazo para agravos contra a homologação do plano esgotou em 13 de março de 2017. Até a referida data não houve apresentação de nenhum agravo contra a homologação do plano. A administração do grupo, avalia que a inexistência de agravos subsequentes confirma integralmente a legalidade do plano e dos seus efeitos a partir da sentença homologatória da decisão soberana da assembleia de credores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia ainda persegue por meio de recurso especial a manutenção do plano homologado em juízo de primeira instância em 11 de dezembro de 2015 e anulado por decisão da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo originalmente apresentado. O referido recurso ainda se encontra pendente de avaliação de admissibilidade.

A Administração tem monitorado permanentemente as necessidades de recursos de curto prazo da Companhia visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios e ações a serem tomadas neste contexto.

A Administração tem conduzido ações e negociações, com apoio de seus assessores financeiros, que podem incluir transações de capital e/ou desinvestimentos de ativos, entre outras, visando a obtenção de recursos financeiros. Durante o ano 2016, a Administração deu continuidade às negociações e considerando o andamento e estágio atual dessas ações, a Administração tem a expectativa de que recursos adicionais serão obtidos no decorrer de 2017.

A continuidade operacional da companhia, incluindo a recuperação de seus ativos e reestruturação dos cronogramas de pagamento dos passivos, depende, por tanto, da capacidade de a companhia obter recursos adicionais, necessários a suas operações e ao cumprimento do plano de recuperação judicial.

A Administração da Companhia busca superar a crise econômico-financeira do Grupo Lupatech e reestruturar seus negócios, através do processo de recuperação judicial, segundo o plano de recuperação judicial apresentado aos seus credores, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial, mantendo sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, para manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos.

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais e índices)		
	2014	2015	2016
Ativo Circulante	277.799	235.735	162.544
Ativo Não Circulante	744.830	578.296	479.746
Passivo Circulante	296.031	211.624	177.222
Passivo Não Circulante	631.240	509.094	420.457
Liquidez Corrente	0,94	1,11	0,92
Liquidez Geral	1,10	1,13	1,07
Dívida Líquida	399.770	169.336	153.033
EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas	(6.933)	(20.428)	(7.173)
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	Inferior a zero	Inferior a zero	Inferior a zero

O endividamento financeiro total apresentou redução de 23%, comparado o exercício de 2016 ao exercício de 2015, devido principalmente a reclassificação do saldo de fornecedores para longo prazo e registro de provisão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e *Bonds* no montante de R\$ 157,1 milhões, além de R\$ 298,5 milhões de bônus de subscrição em resultado da aprovação e homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia em 01 de dezembro de 2016.

O endividamento financeiro total apresentou redução de 50,1%, comparado o exercício de 2015 ao exercício de 2014, devido principalmente ao registro de ajuste a valor presente dos empréstimos, debêntures e *Bonds*.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Evolução da nossa Estrutura de Capital nos últimos 3 exercícios sociais:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2014	2015	2016
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	927.271	720.718	597.679
Endividamento Financeiro Total	401.309	200.348	154.266
Outros passivos circulante e não circulante	525.962	520.370	443.413
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	95.358	93.313	44.611
Estrutura de Capital			
% Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	19,2%	31,8%	22,4%
% Endividamento Financeiro Total	80,8%	68,2%	77,6%
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	927.271	720.718	597.679
Passivo Total	1.022.629	814.031	642.290
% Passivo Total (Capital de Terceiros)	90,7%	88,5%	93,1%

A Estrutura de Capital, conforme calculada por nós, compreende o Patrimônio Líquido (capital dos acionistas) e o Endividamento Financeiro Total (capital de terceiros). Calculamos a composição da nossa Estrutura de Capital dividindo o Patrimônio Líquido pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total para calcular o percentual de Patrimônio Líquido na Estrutura de Capital, e dividindo o Endividamento Financeiro Total pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total para calcular o percentual de Endividamento Financeiro Total na Estrutura de Capital. Outras companhias podem calcular a Estrutura de Capital de maneira diferente da nossa.

Adicionalmente, o Endividamento Financeiro Total corresponde à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos não sujeitos à recuperação judicial) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos a recuperação judicial e, Debêntures e *Bonds sujeitos a recuperação judicial*).

Encerramos o exercício de 2016 com Estrutura de Capital composta de 77,6% de Endividamento Financeiro Total e 22,4% de Patrimônio Líquido. O nosso Endividamento Financeiro Total atualmente é composto por *Bonds*, Debêntures (detidas em maioria pelo BNDES) e linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES e linhas de créditos com bancos comerciais.

No exercício de 2015, nossa Estrutura de Capital era composta de 68,2% de Endividamento Financeiro Total e 31,8% de Patrimônio Líquido e era composto por *Bonds*, Debêntures (detidas em maioria pelo BNDES) e linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES e linhas de créditos com bancos comerciais.

No exercício de 2014, nossa Estrutura de Capital era composta de 80,8% de Endividamento Financeiro Total e 19,2% de Patrimônio Líquido e correspondia à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e *Bonds*).

i. Hipótese de resgate

Não existe previsão para resgate de ações ou quotas de capital da Companhia além das previstas em lei.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O endividamento financeiro total apresentou redução de 23%, comparado o exercício de 2016 ao exercício de 2015, devido principalmente a reclassificação do saldo de fornecedores para longo prazo e registro de provisão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e *Bonds* no montante de R\$ 157,1 milhões, além de R\$ 298,5 milhões de bônus de subscrição em resultado da aprovação e homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia em 01 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, 84,8% do valor do endividamento total encontra-se no longo prazo, reduzindo significativamente a pressão de curto prazo no caixa da empresa para pagamento de tal endividamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)					
	2014		2015		2016	
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	56.884	14,2%	31.145	15,5%	23.411	15,2%
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	344.425	85,8%	169.203	84,5%	130.855	84,8%
Endividamento Financeiro Total	401.309	100.0%	200.348	100.0%	154.266	100.0%

No quadro abaixo está listado o principal indicador de capacidade de pagamento de dívida utilizado pela Companhia: nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais e índices)			
	2014	2015	2016
Dívida Líquida	399.770	169.336	153.033
EBITDA Ajustado	(6.933)	(20.428)	(7.173)
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Inferior a zero	Inferior a zero	Inferior a zero

Apesar do EBITDA ajustado negativo dos três últimos exercícios, a Companhia continua mantendo esforço para captação de recursos para equilibrar o capital de giro, objetivando atingir geração de caixa positiva para que possa apresentar capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em função da nossa estratégia de crescimento, ao longo dos últimos anos foram concluídas diversas aquisições de empresas, utilizando como fonte de financiamento, principalmente, recursos da Oferta Primária de Ações realizada em 2006, e recursos da emissão de dívidas como (i) Debêntures Locais emitidas em 2006 e canceladas em 2007, (ii) Bônus Perpétuos emitidos em 2007 e 2008, e (iii) Debêntures Conversíveis em Ações emitidas em 2009. Durante os exercícios de 2010 e 2011 a Companhia contratou linhas de financiamento com bancos comerciais para financiar suas atividades operacionais e investimentos em ativos não circulantes. No curso do exercício de 2012 foi efetuada capitalização relevante de capital a qual foi a principal fonte de recursos para viabilizar parte do plano de investimentos do ano e financiar o capital de giro das operações. O suporte ao fluxo de caixa de curto prazo e melhoria de liquidez para a Companhia no curso do exercício de 2013 foi representado por importantes reforços de caixa advindos especialmente do processo de desinvestimento de ativos non-core, dentre eles a venda da unidade Tubular Services - Rio das Ostras, que contribuiu com o montante de R\$ 58,1 milhões, entrada de R\$ 49,6 milhões em 2013 e de R\$ 8,5 milhões em 2014. No exercício de 2014 tivemos a entrada de R\$ 14,0 milhões pela venda do terreno pertencente à Lupatech – Equipamentos e Serviços para petróleo Ltda – Em Recuperação Judicial, e dando continuidade ao processo de reestruturação de ativos, foram vendidas as operações das controladas argentinas Válvulas Worcester de Argentina S.A., Esferomatic S.A., Norpatagonica S.A., Válvulas W. San Luis e Industria Y Tecnologia en Aceros S.A., por US\$ 22,0 milhões. No exercício de 2015 foram vendidas a controlada indireta Jefferson Sudamericana S.A., e suas unidades Jefferson Solenoid Valves U.S.A., Inc., Valjeff S.A. de C.V. e Jefferson Solenoidbras Ltda. O preço final da aquisição foi de US\$5.700 mil, sendo que US\$ 4.281 mil foram pagos no fechamento, e US\$ 1.275 mil serão pagos em até 03 anos, contados da data de conclusão da venda, em não se materializando eventuais contingências apontadas pelo comprador, bem como em se verificando a recuperação de créditos de exportação retidos. No início de 2016, a Companhia efetivou a venda da participação societária detida pela Companhia na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, pelo valor de R\$ 28 milhões. No primeiro trimestre de 2017 foi efetivada a venda de máquinas e equipamentos pertencentes as unidades Sotep - Sociedade Técnica de Perfurações S/A – Em Recuperação Judicial e Lupatech – Equipamentos e Serviços para petróleo Ltda – Em Recuperação Judicial, num montante de R\$ 2,9 milhões.

A Administração da Companhia busca superar a crise econômico-financeira do Grupo Lupatech e reestruturar seus negócios, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial e melhorar a eficiência do capital de giro. Os esforços realizados até o momento aliado a demais oportunidades de desinvestimentos de ativos *non-core*, têm por objetivo reforçar a estrutura de caixa e de suporte às demandas operacionais previstas para o ano de 2017.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Pretendemos utilizar recursos oriundos de desmobilizações de ativos para financiar necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Apresentamos abaixo a evolução do nosso endividamento financeiro nos últimos três exercícios sociais:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2014	2015	2016
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	56.884	31.145	23.411
Linhas de Financiamentos	56.884	31.145	23.411
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	344.425	169.203	130.855
Linhas de Financiamentos	144.742	169.203	130.855
Debêntures	71.715	-	-
Bonds	127.968	-	-
Endividamento Financeiro Total	401.309	200.348	154.266
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.539)	(31.012)	(1.233)
Dívida Líquida	399.770	169.336	153.033

A Dívida Consolidada de Curto Prazo no encerramento do exercício de 2016 atingiu R\$ 23,4 milhões, redução de 24,8% comparando com encerramento do exercício de 2015, devido principalmente a redução nos saldos de empréstimos de curto prazo das operações da Colômbia.

A Dívida de Longo Prazo apresentou redução de 22,7% ou R\$ 38,3 milhões no encerramento do exercício de 2016 quando comparada ao encerramento do exercício de 2015, devido principalmente ao registro do Novo Plano de Recuperação Judicial quanto ao recálculo do valor de ajuste a valor presente e registro do ajuste a valor justo sobre os Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e *Bonds* sujeitos à recuperação judicial.

O saldo total de Endividamento reduziu 23,0% no exercício de 2016 atingindo R\$ 154,3 milhões versus R\$ 200,3 milhões no exercício de 2015.

Com isso, a Dívida Líquida Consolidada, no exercício de 2016, foi de R\$ 153,0 milhões, redução de 9,6% comparado com o exercício de 2015, reflexo do registro de ajuste a valor presente e ajuste a valor justo sobre os Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e *Bonds* sujeitos à recuperação judicial, conforme aprovação e homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia em 01 de dezembro de 2016.

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Bônus perpétuos

Em 11 de julho de 2007 e 30 de junho de 2008, através de sua controlada no exterior Lupatech Finance Limited foram concluídas ofertas no exterior de bônus perpétuos, remunerados em 9,875% a.a. (8,8% a.a. taxa efetiva) no valor de US\$ 200 milhões e US\$ 75 milhões, respectivamente, com pagamento de juros trimestral.

Os bônus perpétuos poderiam ser resgatados, na paridade do seu valor de face, trimestralmente, a partir de julho de 2012. Os bônus perpétuos não possuíam data de vencimento para o valor do principal, mas poderiam tornar-se exigíveis em situações específicas, conforme definidas nos termos dos bônus perpétuos, na hipótese de descumprimento das obrigações definidas no contrato.

Os bônus não foram registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, ou o Securities Act. Os bônus foram oferecidos apenas a investidores institucionais qualificados sob a Regra 144A e para pessoas não americanas fora dos Estados Unidos, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com o U.S. Securities Regulation S. Os bônus eram listados na Bolsa de Luxemburgo. Os recursos obtidos com a oferta foram utilizados para financiar o plano de investimento da Companhia.

De acordo com os fatos relevantes divulgados para o mercado em 10 de abril de 2013, 10 de maio de 2013 e 10 de julho de 2013 a Companhia não efetuou o pagamento dos juros devidos naquelas datas aos titulares dos bônus perpétuos. Referida pendência possibilitou aos detentores de bônus perpétuos à chamada pelo vencimento imediato destes títulos, o que não ocorreu.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em razão da situação de inadimplência a negociação dos bônus perpétuos na Bolsa de Valores de Luxemburgo foi suspensa.

A Companhia divulgou ao mercado plano de reestruturação do endividamento financeiro, equacionamento da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas, o qual foi apresentado a debenturistas, *bondholders* e instituições.

De acordo com a estrutura proposta, os titulares de bônus perpétuos receberiam, em pagamento de seus créditos, o direito de subscrever *American Depositary Receipts* - ADRs por meio da capitalização do montante de 85% dos créditos decorrentes dos bônus perpétuos, sendo os 15% do saldo convertidos em novas notas, sobre as quais incidirão juros remuneratórios de 3% ao ano, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

Como resultado do processo, o montante de R\$ 572.258 de bônus perpétuos foi convertido em 2.289.031 ações da Companhia, ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,25 por ação e US\$ 47.850 mil reperfilado em Novas Notas - Bonds, sobre os quais incidirão juros remuneratórios de 3% ao ano, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia reconheceu ganho pela não conversão de parte dos bônus perpétuos em capital no montante de R\$ 36.244.

Em 08 de outubro de 2014 os bônus perpétuos foram cancelados.

Bonds - Novas Notas

Em 30 de setembro de 2014 o Conselho de Administração aprovou a emissão de Novas Notas – *Bonds*, no montante de US\$ 47.850 mil, representativas da dívida denominada em dólares dos Estados Unidos com valor de face equivalente a 15% do montante atualizado até 18 de julho de 2014 (inclusive principal e juros incorridos e não pagos) dos bônus perpétuos, pela Lupatech Finance Limited, de acordo com os termos e condições estabelecidos no plano de recuperação extrajudicial da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava saldo de *Bonds* de R\$ 127.968, registrado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2015, devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Bonds* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuíam incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme determinação para pagamento desses credores no Plano de Recuperação Judicial.

Devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial originalmente apresentado, a Companhia apresentou um novo Plano de Recuperação Judicial, homologado em 01 de dezembro de 2016, onde sobre o saldo de empréstimos e financiamentos dos credores quirografários sujeitos à recuperação judicial, no qual estão classificadas os *Bonds*, 50% serão pagos por meio de bônus de subscrição em prazos e formas conforme determinação do Novo Plano, e sobre 50% restante dos créditos quirografários incidirão juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, a serem pagos 30 dias após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários.

Debêntures

Em 15 de abril de 2009, a Companhia emitiu 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, em série única, de colocação privada, conversíveis em ações ordinárias, com garantia flutuante, e valor nominal unitário de R\$ 1, com prazo de vencimento de nove anos, no montante total de até R\$ 320.000. Referidas debêntures eram remuneradas com base na variação do IPCA + 6,50% ao ano.

As debêntures poderiam ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia, a exclusivo critério dos debenturistas, a qualquer tempo a partir do encerramento do 2º ano contado da data de emissão. A remuneração deveria ser paga anualmente, sempre no dia 15 de abril, com o primeiro pagamento ajustado em 15 de abril de 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caso todas ou parte das debêntures não fossem convertidas em ações e sem que a condição de resgate antecipado fosse atingida, as mesmas fariam jus a prêmio de não conversão equivalente a R\$ 423,75 (quatrocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal, atualizados pelo IPCA. O prêmio de vencimento, adicionado à remuneração de IPCA + 6,5% ao ano, ampliava a remuneração anual para IPCA + 10% ao ano.

Os compromissos de resgate antecipado, conversão das debêntures em ações e resgate sem conversão foram identificados pela Administração da Companhia como componentes contratuais que tinham a característica de, isoladamente, constituírem um derivativo embutido. Desta forma, os mesmos foram separados do contrato principal e avaliados pelo valor justo no resultado. Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o valor justo do derivativo embutido foi de zero e R\$ 442,30, respectivamente, por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal. A variação do valor justo do derivativo embutido no exercício de 2014 totalizou um ganho de R\$ 819 (ganho de R\$ 13.526 no exercício de 2013), registrado no resultado financeiro do período.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Instrumento de dívida - debêntures	66.960	194.123
Derivativo embutido	-	124.642
Juros sobre debêntures	4.755	100.719
Total	<u>71.715</u>	<u>419.484</u>

Em 15 de abril 2014, a Companhia não efetuou o pagamento dos juros devidos naquela data, no montante total de R\$ 83.155, corresponde aos juros devidos e não pagos referentes ao exercício social de 2012 e 2013.

A Companhia divulgou ao mercado plano de reestruturação do endividamento financeiro, equacionamento da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas, o qual foi apresentado a debenturistas, *bondholders* e instituições financeiras.

De acordo com a estrutura proposta os titulares de debêntures, por sua vez, recebiam o direito de subscrever novas ações por meio da capitalização de 85% dos créditos decorrentes das debêntures e os 15% de saldo em novas debêntures, sobre as quais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia.

Como resultado do processo, o montante de R\$ 364.985 de debêntures foi convertido em 1.459.938 ações da Companhia, ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,25 por ação e R\$ 66.960 reperfilados em novas debêntures, não conversíveis e sem garantia, sobre as quais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía saldo de debêntures de R\$ 71.715, registrado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2015, devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Bonds* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuíam incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme determinação para pagamento desses credores no Plano de Recuperação Judicial.

Devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial originalmente apresentado, a Companhia apresentou um novo Plano de Recuperação Judicial, homologado em 01 de dezembro de 2016, onde sobre o saldo de empréstimos e financiamentos dos credores quirografários sujeitos à recuperação judicial, no qual estão classificadas as debentures, 50% serão pagos por meio de bônus de subscrição em prazos e formas conforme determinação do Novo Plano, e sobre 50% restante dos créditos quirografários incidirão juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, a serem pagos 30 dias após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários.

Empréstimos e Financiamentos

As tabelas a seguir contêm o perfil de nosso endividamento, para os períodos indicados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada	31/12/2014		Total				
		Circulante	Não circulante						
Moeda nacional									
Capital de giro / expansão	CDI	5,26% a.a.	37.615	716	38.331				
Capital de giro / expansão	TJLP	7,48% a.a.	3.991	50.387	54.378				
Capital de giro / expansão	FIXO	15,05% a.a.	-	-	-				
Financiamento para aquisição de imobilizado	TJLP	6,57% a.a.	191	22	213				
Financiamento para aquisição de imobilizado	FIXO	4,5% a.a.	113	-	113				
Financiamento para pesquisa e desenvolvimento	TJLP	4,68% a.a.	2.464	6.291	8.755				
Aval prestado - Garantia por carta de fiança	FIXO	3% a.a.	-	16.212	16.212				
Capital de giro / expansão	FIXO/CDI	2,7% a.a.	-	28.011	28.011				
Títulos Descontados	-	13,95% a.a.	3.203	19.987	23.190				
			47.577	121.626	169.203				
Moeda estrangeira									
Capital de giro / expansão	PESO ARS	15,25% a.a.	-	-	-				
Capital de giro / expansão	DÓLAR	6,05% a.a.	775	8.363	9.138				
Capital de giro / expansão	PESO COP	9,89% a.a.	7.952	14.753	22.705				
Capital de giro / expansão	UMBNDES 590	8,86% a.a.	580	-	580				
Financiamento para aquisição de imobilizado	PESO ARS	5% a.a.	-	-	-				
			9.307	23.116	32.423				
			56.884	144.742	201.626				
			31/12/2015		31/12/2016				
Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada	Circulante	Não circulante	Total	Taxas de juros ponderada	Circulante	Não circulante	Total
Sujeitos à Recuperação Judicial									
Moeda nacional									
Credores com garantia real	FIXO	3,00% a.a.	-	59.700	59.700	3,00% a.a. + TR	-	42.023	42.023
Credores quirografários	FIXO	3,00% a.a.	-	339.183	339.183	3,00% a.a. + TR	-	175.100	175.100
Ajuste a valor presente			-	(237.857)	(237.857)		-	(98.934)	(98.934)
			-	161.026	161.026		-	118.189	118.189
Não sujeitos à Recuperação Judicial									
Moeda nacional									
Capital de giro / expansão	CDI	8,84% a.a.	3.962	-	3.962	6,80% a.a.	1.778	-	1.778
Capital de giro / expansão	TJLP	4,82% a.a.	10.724	-	10.724	5,94% a.a.	13.529	-	13.529
Títulos descontados	-	33,45% a.a.	504	-	504	23,83% a.a.	1.564	-	1.564
Cheque especial	FIXO	9,11% a.a.	4	-	4	213,4% a.a.	-	-	-
Moeda estrangeira									
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	2.543	-	2.543	7,48% a.a.	2.569	-	2.569
Capital de giro / expansão	PESO COP	10,55% a.a.	13.408	8.177	21.585	13,83% a.a.	3.971	12.666	16.637
			31.145	8.177	39.322		23.411	12.666	36.077
			31.145	169.203	200.348		23.411	130.855	154.266

Os empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial, tanto dos credores com garantia real como os credores quirografários, possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, conforme determinado no Novo Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2016 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 98.934, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2015 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos no montante R\$ 237.857, considerando a taxa de desconto de 14,25% ao ano, sendo que os valores foram revertidos no exercício de 2016 devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial originalmente apresentado.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão assim distribuídos:

Vencimento	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	-	27.089
2017	-	5.518	19.096
2018	7.138	2.509	18.392
2019	5.105	82	22.478
a partir de 2020	118.612	161.094	57.687
	130.855	169.203	144.742

As garantias dos Empréstimos e Financiamentos foram concedidas conforme segue:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Moeda nacional	Garantia	Valor da garantia
Capital de giro / expansão	Hipoteca / Edificações	73.124
Capital de giro / expansão	Contratos firmados com clientes	13.547
Financiamento para aquisição de imobilizado	Próprio bem financiado	337
Financiamento incentivo a pesquisa e tecnologia	Fiança bancária	15.606
		102.614
<u>Moeda Estrangeira</u>		
Capital de Giro / expansão	Próprio bem financiado	16.385
		16.385
		118.999

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Originalmente as relações de longo prazo com as instituições financeiras estão concentradas em parcelas de longo prazo de recursos tomados para capital de giro e investimentos junto a Instituições Financeiras, valores relacionados aos *Bonds* e dívidas de Debêntures. Atualmente estão suportadas pelo Novo Plano de Recuperação Judicial homologado em 01 de dezembro de 2016.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As Debêntures, por terem garantia da espécie fluante, estão subordinadas aos títulos com garantia real.

Os *Bonds* são quirografários, ou seja, sem garantia, o que os condiciona também na qualidade de subordinados aos demais títulos da Companhia que possuem garantias reais ou flutuantes.

Devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Bonds* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, conforme determinação para pagamento desses credores no Novo Plano de Recuperação Judicial homologado em 01 de dezembro de 2016.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Alguns contratos de financiamento celebrados com instituições financeiras possuem cláusulas padrão de vencimento antecipado.

Cláusulas Restritivas Financeiras (Covenants)

A controlada indireta Lupatech OFS SAS possui *covenants* financeiros atrelados a contrato de *leasing* com Bancolombia, que relacionam a necessidade de manutenção de (a) EBITDA 2x maior que despesa de juros paga (b) Dívida / EBITDA até 3x. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada indireta Lupatech OFS SAS atendeu aos *covenants*. O montante total do referido empréstimo é de R\$ 4.145 e está registrado no passivo circulante no montante de R\$ 41, e R\$ 4.104 no não circulante (montante total de R\$ 6.311 em 31 de dezembro de 2015 registrados R\$ 3.440 no passivo circulante e R\$ 2.871 no não circulante).

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui o saldo de R\$ 4.256 (R\$ 4.830 em 31 de dezembro de 2015) de notificação de cobrança pelo Banco Votorantim S/A referente à liquidação de aval prestado – garantia por carta de fiança solicitada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A para quitação de empréstimo entre Unifit - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba S/A e o BNB, no montante de R\$ 31.180 do qual a Companhia era garantidora em 50%.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Possuímos um limite de crédito de R\$ 10 milhões no Banco Daycoval para desconto de duplicatas, tomados a juros de menos de 10% ao ano. Os vencimentos das mesmas são inferiores a 1 mês, portanto nunca viramos o mês com valores tomados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, as quais foram elaboradas de acordo com normas IFRS emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Descrição das Principais Contas da Demonstração de Resultado

Receitas Líquidas de Vendas e/ou Serviços: receita após as deduções correspondentes a cancelamentos, descontos e tributos incidentes sobre o faturamento. Nossas receitas consistem principalmente da venda de nossos produtos e prestação de serviços voltados ao setor de petróleo e gás.

Custo dos Produtos e/ou Serviços Vendidos: consistem principalmente dos custos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e de mão-de-obra.

Despesas Operacionais: consistem principalmente de despesas com vendas, despesas administrativas e gerais, resultado financeiro líquido e outras despesas operacionais.

Despesas Gerais e Administrativas: Incluem basicamente gastos com pessoal, bem como com a remuneração dos administradores.

Despesas com Vendas: incluem gastos com publicidade; gastos com equipe de vendas, comissões a vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

Resultado Financeiro Líquido: incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, tributo incidente sobre movimentação financeira, variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

Outras Despesas Operacionais, líquidas: incluem os resultados operacionais, tais como resultados oriundos da venda de certos ativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido: referem-se ao imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre o lucro antes dos impostos. São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que atuamos, e geram resultados tributáveis. Os impostos diferidos foram mensurados considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável e incluem apenas as empresas tributadas pelo lucro real.

Comentários sobre as Principais Variações nas Contas da Demonstração de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) redução do Lucro Bruto e (ii) redução do Resultado Financeiro Líquido.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à nossa demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ mil)	2015	2016	Variação %
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	268.294	138.486	-48,4%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(278.529)	(169.044)	-39,3%
Lucro Bruto	(10.235)	(30.558)	198,6%
Receitas/Despesas Operacionais	(269.571)	(59.466)	-77,9%
Com Vendas	(8.811)	(7.591)	-13,8%
Gerais e Administrativas	(47.694)	(38.162)	-20,0%
Remuneração dos Administradores	(6.347)	(5.576)	-12,1%
Resultado da Equivalência Patrimonial	21.946	(10.687)	-148,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(228.665)	2.550	-101,1%
Resultado Financeiro Líquido	319.679	34.830	-89,1%
Receitas Financeiras	399.186	456.422	14,3%
Despesas Financeiras	(24.523)	(474.133)	1833,4%
Variação Cambial Líquida	(54.984)	52.541	-195,6%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	39.873	(55.194)	-238,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(2.666)	(2.236)	-16,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(90.381)	64.800	-171,7%
Prejuízo das Operações Descontinuadas	(21.963)	-	n/a
Prejuízo (Lucro) Líquido do Período	(75.137)	7.370	-109,8%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2016 atingiu R\$ 138,5 milhões, versus R\$ 268,3 milhões apurados no exercício de 2015, uma redução de 48,4%.

O Segmento de Produtos apresentou redução de 6,9% na Receita Líquida Consolidada do exercício de 2016 em comparação a 2015, passando de R\$ 29,9 milhões em 2015 para R\$ 27,9 milhões em 2016. A redução foi especialmente sentida nas divisões de Válvulas *Oil&Gas* e Cabos de Ancoragem, sendo que a retomada da carteira de pedidos ocorre de forma lenta, mas constante em especial no segmento de Válvulas *Oil&Gas*, resultado de uma retomada gradual da demanda do segmento. A divisão de Válvulas Industriais por outro lado, apresentou crescimento de 48,3% no exercício de 2016 em comparação a 2015, passando de R\$ 14,9 milhões em 2015 para R\$ 22,1 milhões, principalmente em função do melhor equilíbrio financeiro da empresa ao longo do ano de 2016.

O Segmento de Serviços apresentou uma forte redução na Receita Líquida Consolidada passando de R\$ 238,4 milhões no exercício de 2015 para R\$ 110,6 milhões no exercício de 2016, redução de 53,6%. Um dos principais fatores que ocasionaram a redução da Receita Líquida Consolidada no Segmento de Serviços desse período foi a queda de 77,1% da Receita Líquida na divisão de Tubular *Services & Coating*, em função do término de contratos existentes, função principal da queda da demanda. Adicionalmente houve uma significativa queda da Receita Líquida nas Operações da Colômbia de 60,1% de 2015 para 2016, afetadas pela redução do preço de petróleo, que impactou fortemente a demanda de serviços pelos clientes. As operações da divisão de *Oilfield Services* Brasil apresentaram uma redução da Receita Líquida de 44,7%, principalmente em função do término de contratos existentes, sem que os mesmos sejam aditivados, resultado da redução da demanda de serviços da Petrobras.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) consolidado, apresentou redução de 39,3% no exercício de 2016 em comparação com o de 2015, atingindo R\$ 169,0 milhões em 2016 versus R\$ 278,5 milhões em 2015, menor que a Receita Líquida Consolidada que foi de 48,4%.

Em 2016 comparativamente a 2015, no Segmento de Serviços, a redução do CPV foi de 43,2% em 2016 versus 2015 enquanto a redução da Receita Líquida desse Segmento no mesmo período foi de 53,6%. Já no Segmento de Produtos, a redução do CPV foi de 7,7% em 2016 comparado a 2015, mantendo-se em linha com a redução da Receita Líquida no mesmo período. Tanto no Segmento de Produtos quanto no Segmento de Serviços, a redução do CPV Consolidado ocorreu principalmente devido à redução dos custos operacionais como resultado do processo de reestruturação da Companhia para adequação ao patamar de receitas, sendo os custos com pessoal a maior parte dessas reduções (R\$ 65,1 milhões de redução no exercício de 2016 em relação ao de 2015).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro Bruto

O Lucro Bruto no exercício de 2016 foi negativo de R\$ 30,6 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ 10,2 milhões no exercício de 2015 em decorrência da redução da Receita Líquida Consolidada de R\$ 129,8 milhões (48,4%), dos custos com rescisões que somaram R\$ 11,9 milhões e ao impacto dos custos fixos. A Margem Bruta Total apresentou queda de 18,3 pontos percentuais em 2016 quando comparado a de 2015.

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas reduziram 13,8% no exercício de 2016 em comparação com o de 2015, passando de R\$ 8,8 milhões em 2015 para R\$ 7,6 milhões em 2016, principalmente devido a diminuição da Receita líquida.

As Despesas com Vendas no Segmento de Serviços aumentaram 246% no exercício de 2016 comparado ao de 2015, em especial devido à reversão de multas de clientes em um montante aproximado de R\$ 2,8 milhões no exercício de 2015, mas não recorrentes no de 2016, além da diminuição de despesas com salários, fretes e reversão para devedores duvidosos no montante total de R\$ 0,5 milhão aproximadamente. No Segmento de Produtos as Despesas com Vendas diminuíram 41,9% do exercício de 2016 em comparação ao de 2015, tendo como motivo principal a redução da Receita Líquida na divisão de Válvulas *Oil&Gas* e Cabos de Ancoragem.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram 20,0% no exercício de 2016 em comparação com 2015, passando de R\$ 47,7 milhões em 2015 para R\$ 38,2 milhões em 2016. Tal redução refere-se principalmente à redução das despesas com pessoal no Segmento de Serviços. No Segmento de Produtos, as Despesas Administrativas aumentaram 1,7% no comparativo do exercício de 2016 com o de 2015, devido principalmente a despesas de R\$ 0,4 milhões com reexportação de fios na divisão de Cabos e Ancoragem.

Os Honorários dos Administradores reduziram 12,1% no comparativo do exercício de 2016 com o de 2015, passando de R\$ 6,3 milhões em 2015 para R\$ 5,6 milhões em 2016.

Resultado Financeiro Líquido

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2016 atingiu R\$ 456,4 milhões versus R\$ 399,2 milhões no exercício de 2015, um aumento de 14,3%, devido principalmente ao registro em 2015 da receita de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões versus R\$ 157,1 milhões no exercício de 2016 e ao registro de ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 292,1 milhões referente aos bônus de subscrição a serem emitidos conforme Novo Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado em 01 de dezembro de 2016.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) aumentaram consideravelmente no exercício de 2016 em comparação com o de 2015, atingindo R\$ 474,1 milhões versus R\$ 24,5 milhões em 2015 devido principalmente aos seguintes fatores ocorridos no exercício de 2016: (i) reversão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões (provisão de R\$ 394,8 milhões em 2015); (ii) registro de R\$ 21,4 milhões de multas e juros de mora sobre contingências e débitos tributários não recorrentes em 2015; (iii) registro de despesas com juros no montante de R\$ 41,3 milhões (R\$ 22,6 milhões em 2015); (iv) descontos concedidos no montante de R\$ 0,8 milhão não recorrentes em 2015 e provisão de juros sobre fornecedores no montante de R\$ 6,2 milhões (reversão de R\$ 8,6 milhões em 2015).

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2016 resultou em receita de R\$ 52,5 milhões versus uma despesa de R\$ 55,0 milhões no exercício de 2015 afetada pela desvalorização de 16,5% na moeda norte-americana frente ao Real em 2016.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2016 resultou em receita de R\$ 34,8 milhões versus uma receita de R\$ 319,7 milhões em 2015 devido principalmente aos seguintes registros: (i) ajuste a valor justo no montante de R\$ 292,1 milhões referente ao bônus de subscrição a serem emitidos conforme Novo Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado em 01 de dezembro de 2016; (ii) reversão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões (provisão de R\$ 394,8 milhões em 2015); (iii) receita de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 157,0 milhões; (iv)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

registro de R\$ 21,4 milhões de multas e juros de mora sobre contingências e débitos tributários não recorrentes em 2015, provisão de juros sobre fornecedores no montante de R\$ 6,2 milhões (reversão de R\$ 8,6 milhões em 2015) e provisão de despesas com juros no montante de R\$ 41,3 milhões (R\$ 22,6 milhões em 2015).

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2016 foi prejuízo de R\$ 7,4 milhões, comparado com prejuízo de R\$ 75,1 milhões em 2015. Os principais eventos extraordinários que contribuíram para tal desempenho no exercício de 2016 foram: (i) R\$ 394,8 milhões de reversão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds*, e R\$ 157,1 milhões de provisão no 4T16 (R\$ 394,8 milhões de provisão em 2015); (ii) ajuste a valor justo no montante de R\$ 292,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 referente aos bônus de subscrição a serem emitidos conforme Novo Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado em 01 de dezembro de 2016; (iii) R\$ 11,7 milhões de perda na alienação de ativo imobilizado (R\$ 2,5 milhões em 2015); (iv) 11,7 de despesa com ociosidade de produção (R\$ 26,1 milhões em 2015); (v) R\$ 3,6 milhões de provisão para perdas de obsolescência de estoques (R\$ 13,3 milhões em 2015); (vi) R\$ 3,6 milhões de provisão para perdas extraordinárias de estoque e ajuste a valor de mercado no exercício de 2016 e não recorrentes no de 2015; (vii) R\$ 13,3 milhões de receita com a baixa do investimento Vicinay Marine S.L; (viii) R\$ 28,4 milhões de reversão da provisão de perda pela não recuperabilidade de ativos imobilizado decorrentes do novo teste de *impairment* realizado no exercício de 2016 e provisão para perda de recebimento de outras contas a receber devido à grande probabilidade da incerteza do recebimento totalizaram R\$ 14,5 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, as principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) redução do Lucro Bruto e (ii) aumento do Resultado Financeiro Líquido.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à nossa demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ mil)	2014	2015	Variação %
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	384.287	268.294	-30,2%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(347.648)	(278.529)	-19,9%
Lucro Bruto	36.639	(10.235)	-127,9%
Receitas/Despesas Operacionais	(261.421)	(269.571)	3,1%
Com Vendas	(24.482)	(8.811)	-64,0%
Gerais e Administrativas	(56.934)	(47.694)	-16,2%
Remuneração dos Administradores	(6.081)	(6.347)	4,4%
Resultado da Equivalência Patrimonial	(17.119)	21.946	-228,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(156.805)	(228.665)	45,8%
Resultado Financeiro Líquido	(232.805)	319.679	-237,3%
Receitas Financeiras	93.587	399.186	326,5%
Despesas Financeiras	(345.011)	(24.523)	-92,9%
Variação Cambial Líquida	18.619	(54.984)	-395,3%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(457.587)	39.873	-108,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(2.264)	(2.666)	17,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(1.044)	(90.381)	8557,2%
Prejuízo das Operações Descontinuadas	(170.113)	(21.963)	-87,1%
Prejuízo Líquido do Período	(631.008)	(75.137)	-88,1%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2015 atingiu R\$ 268,3 milhões, versus R\$ 384,3 milhões apurados no exercício de 2014, uma redução de 30,2%. O Segmento de Produtos apresentou redução de 71,9% na Receita Líquida do exercício de 2015 comparativamente a 2014, consequência especialmente das restrições de caixa que limitaram drasticamente as operações das divisões de Válvulas *Oil&Gas* e Cabos de Ancoragem durante o exercício de 2015, levando inclusive ao cancelamento de pedidos pelos clientes. Como resultado da crise financeira, a Companhia teve suspenso seu CRCC (Certificado de Registro de Classificação Cadastral) pela Petrobras no terceiro trimestre de 2015, impedindo que

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

capturasse novas receitas relacionadas à Petrobras. No quarto trimestre de 2015, o CRCC foi reativado, no entanto, em função da crise do segmento de *Oil&Gas*, houve uma relevante redução da demanda no segmento, sendo que a retomada da carteira de pedidos tem sido lenta. No Segmento de Serviços, houve redução de 14,2% na Receita Líquida do exercício de 2015 comparativamente a 2014. A divisão de *Tubular Services & Coating* apresentou crescimento de 9,9% na Receita Líquida em função da priorização de recursos para conclusão do contrato. As operações da divisão de *Oilfield Services* Brasil apresentaram uma redução da Receita Líquida de 19,3%, principalmente em função das restrições de caixa para aquisição de materiais e insumos para manutenção, que limitaram a capacidade da Companhia disponibilizar equipamentos e atender a demanda de contratos existentes, potencializada pela redução da demanda de serviços da Petrobras. As operações na Colômbia foram afetadas pela queda do preço do petróleo em 2015, com a consequente retração da exploração naquele mercado, apresentando uma redução de 11,5%.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) Consolidado no exercício de 2015 reduziu 19,9% em comparação com o exercício de 2014, atingindo R\$ 278,5 milhões versus R\$ 347,6 milhões, menor que a queda da Receita Líquida Consolidada que foi de 30,2%. No Segmento de Produtos, a redução do CPV foi de 69,1% em 2015 comparativamente a 2014, mantendo-se em linha com a redução da Receita Líquida desse Segmento no mesmo período. No Segmento de Serviços a redução do CPV foi de 0,5% no exercício de 2015 comparativamente com o de 2014, ante uma redução de 14,2% na Receita Líquida desse Segmento no mesmo período, devido principalmente ao aumento dos custos com armazenagem não recorrentes de R\$ 16,1 milhões que oneraram a divisão de *Oilfield Services* Brasil em 2015.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto no exercício de 2015 foi negativo de R\$ 10,2 milhões em comparação com o valor positivo de R\$ 36,6 milhões no exercício de 2014 em decorrência da redução da Receita Líquida Consolidada de R\$ 116,0 milhões (30,2%), dos custos com rescisões que somaram R\$ 11,2 milhões e dos custos com armazenagem no montante de R\$ 16,1 milhões. A Margem Bruta Total apresentou queda de 13,3 pontos percentuais em 2015 quando comparada a de 2014.

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas reduziram 64,0% no exercício de 2015 em comparação com o de 2014, passando de R\$ 24,5 milhões em 2014 para R\$ 8,8 milhões em 2015. No Segmento de Produtos, as Despesas com Vendas reduziram 45,6% em 2015 comparativamente a 2014, principalmente devido à diminuição de despesas com comissões, fretes, multas de clientes e provisão para devedores duvidosos no montante total de R\$ 5,3 milhões aproximadamente, consequência relacionada também à redução na Receita Líquida. No Segmento de Serviços, as Despesas com Vendas reduziram 91,3% em comparação com 2014, devido em especial à diminuição nas despesas com multas de clientes, salários e provisão para devedores duvidosos, no montante total de R\$ 8,0 milhões aproximadamente.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Administrativas reduziram 16,2% no exercício de 2015 em comparação com 2014, passando de R\$ 56,9 milhões em 2014 para R\$ 47,7 milhões em 2015. A redução das Despesas Administrativas tanto no Segmento de Produtos quanto no de Serviços ocorreu em especial devido à queda nas despesas com salários em relação ao exercício de 2014 no montante aproximado de R\$ 12,5 milhões.

Os Honorários dos Administradores se mantiveram estáveis no comparativo do exercício de 2015 com o de 2014, passando de R\$ 6,1 milhões em 2014 para R\$ 6,3 milhões em 2015.

Resultado Financeiro Líquido

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2015 atingiu R\$ 399,2 milhões versus R\$ 93,6 milhões no exercício de 2014, um aumento de 326,5%, devido principalmente ao registro em 2015 da receita de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) reduziu 92,9% no exercício de 2015 em comparação com o de 2014, atingindo R\$ 24,5 milhões versus R\$ 345,0 milhões em 2014 devido principalmente ao reconhecimento em 2014 de perdas com valor justo das ações no montante de R\$ 139,6 milhões e perda com derivativo embutido das Debêntures no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

montante de R\$ 8,6 milhões não ocorridos em 2015, além da redução das despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, *Bonds* e sobre Debêntures, resultado da redução do endividamento da Companhia finalizado no terceiro trimestre de 2014, e da reversão de R\$ 8,6 milhões de provisão de juros sobre fornecedores no exercício de 2015.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2015 resultou em despesa de R\$ 55,0 milhões versus uma receita de R\$ 18,6 milhões no exercício de 2014 afetada pela valorização de 47,0% na moeda norte-americana frente ao Real em 2015.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2015 resultou em receita de R\$ 319,7 milhões versus uma despesa de R\$ 232,8 milhões em 2014 devido principalmente ao registro da receita de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões em 2015.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2015 foi prejuízo de R\$ 75,1 milhões, comparado com prejuízo de R\$ 631,0 milhões em 2014. Os principais eventos extraordinários que contribuíram para tal desempenho no exercício de 2015 foram: (i) R\$ 85,2 milhões de provisão de perda pela não recuperabilidade de ativos imobilizados; (ii) R\$ 60,0 milhões de perda por não recuperabilidade de ágio; (iii) R\$ 40,7 milhões de despesas com processos judiciais; (iv) R\$ 16,1 milhões de custos de armazenagem; (v) R\$ 26,1 milhões de despesas com ociosidade da produção; (vi) R\$ 22,0 milhões de despesas com a baixa do investimento das operações descontinuadas - unidades Jefferson e (vii) R\$ 13,3 milhões de provisão para perdas com obsolescência de estoques. Não fossem esses eventos extraordinários, o resultado do exercício de 2015 seria lucro de R\$ 188,3 milhões.

Descrição sobre as Principais Variações nas Contas do Balanço Patrimonial

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2016 comparado a 31 de dezembro de 2015

Na comparação das nossas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as principais variações ocorreram em função de: (i) Passivo Circulante; (ii) Passivo Não Circulante; e (iii) Patrimônio Líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ mil)	2015	2016	Variação %
Ativo Total	814.031	642.290	-21,1%
Ativo Circulante	235.735	162.544	-31,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.012	1.233	-96,0%
Títulos e Valores Mobiliários	1.163	1.541	32,5%
Contas a Receber de Clientes	62.330	44.912	-27,9%
Estoques	56.349	56.691	0,6%
Impostos a Recuperar	30.976	29.603	-4,4%
Outras Contas a Receber	7.715	6.394	-17,1%
Despesas Antecipadas	4.672	3.285	-29,7%
Adiantamento a Fornecedores	26.234	14.095	-46,3%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	15.284	4.790	-68,7%
Ativo Não Circulante	578.296	479.746	-17,0%
Títulos e Valores Mobiliários	5.640	2.046	-63,7%
Depósitos Judiciais	22.275	24.657	10,7%
Impostos a Recuperar	40.455	37.040	-8,4%
Outras Contas a Receber	33.384	16.885	-49,4%
Investimentos	676	676	0,0%
Imobilizado	354.862	281.730	-20,6%
Intangível	121.004	116.712	-3,5%
Passivo Total	814.031	642.290	-21,1%
Passivo Circulante	211.624	177.222	-16,3%
Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	29.084	18.506	-36,4%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	6.517	6.517	0,0%
Empréstimos e Financiamentos	31.145	23.411	-24,8%
Salários, Provisões e Contribuição Social	23.005	8.272	-64,0%
Comissões a Pagar	1.131	897	-20,7%
Impostos a Recolher	61.448	60.062	-2,3%
Salários e Provisões - Sujeitos à Recuperação Judicial	33.462	32.628	-2,5%
Adiantamento de Clientes	3.783	2.452	-35,2%
Participação no Resultado	767	-	n/a
Outras Contas a Pagar	19.259	23.372	21,4%
Provisão Multas Contratuais	2.023	1.105	-45,4%
Passivo Não Circulante	509.094	420.457	-17,4%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	72.018	65.862	-8,5%
Empréstimos e Financiamentos - Sujeitos a Recuperação Judicial	161.026	118.189	-26,6%
Empréstimos e Financiamentos - Não Sujeitos a Recuperação Judicial	8.177	12.666	54,9%
Impostos a Recolher	9.000	10.047	11,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.947	56.526	-53,3%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	125.301	123.977	-1,1%
Outras Contas a Pagar	8.965	7.669	-14,5%
Provisão para Passivo a Descoberto em Controladas	3.660	19.180	424,0%
Passivos a Valor Justo	-	6.341	n/a
Patrimônio Líquido	93.313	44.611	-52,2%
Capital Social	1.853.684	1.853.684	0,0%
Reserva e Transação de Capital	136.183	136.183	0,0%
Opções Outorgadas	13.549	13.549	0,0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	126.671	65.617	-48,2%
Prejuízos Acumulados	(2.036.774)	(2.024.422)	-0,6%

Ativo Circulante

O Ativo Circulante reduziu 31,0%, passando de R\$ 235,7 milhões no exercício de 2015 para R\$ 162,5 milhões no exercício de 2016. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa reduziu 96,0%, ou R\$ 29,8 milhões, passando de R\$ 31,0 milhão no exercício de 2015 para R\$ 1,2 milhões no exercício de 2016, devido especialmente ao recebimento de receitas retidas ao longo de aproximadamente dois anos pelo principal cliente, decorrentes dos projetos de Chave Hidráulica, Lifting Frame e Flexitubo no Segmento de Serviços ocorridas no último mês do ano 2015. Tais recursos foram utilizados para o reequilíbrio do capital giro e pagamentos atrasados resultado da retenção ao longo do período.

Contas a Receber de Clientes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de Contas a Receber de Clientes reduziu 27,9%, ou R\$ 17,4 milhões, passando de R\$ 62,3 milhões no exercício de 2015 para R\$ 44,9 milhões no exercício de 2016. Em conjunto com a queda da receita, o recebimento de clientes da divisão *Oilfield Services* Brasil foi o principal fator que resultou na queda do saldo de Contas a Receber.

Adiantamento a fornecedores

O saldo de adiantamento a fornecedores reduziu 46,3%, ou R\$ 12,1 milhões, passando de R\$ 26,2 milhões no exercício de 2015 para R\$ 14,1 milhões no exercício de 2016. Tal variação justifica-se pela redução com fornecedores e/ou compensações de adiantamentos com saldos devedores, principalmente no Segmento de Serviços.

Ativos Classificados como Mantidos para Venda

O saldo de Ativos Classificados como Mantidos para Venda reduziu R\$ 10,5 milhões ou 68,7% devido a baixa pela efetivação da venda da participação societária detida pela Companhia na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L, num montante total de ativos de R\$ 15,3 milhões. Adicionalmente houve adição de saldo de máquinas e equipamentos disponíveis para venda de R\$ 4,8 milhões.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante reduziu 17,0%, ou R\$ 98,6 milhões, passando de R\$ 578,3 milhões no exercício de 2015 para R\$ 479,7 milhões no exercício de 2016. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Outras Contas a Receber

O saldo de Outras Contas a Receber reduziu 49,4%, ou R\$ 16,5 milhões, passando de R\$ 33,4 milhões no exercício de 2015 para R\$ 16,9 milhões no exercício de 2016, devido principalmente a baixa da provisão de recebíveis por grande probabilidade de incerteza de realização.

Imobilizado

O saldo do Imobilizado Líquido reduziu 20,6%, ou R\$ 73,1 milhões, passando de R\$ 354,9 milhões no exercício de 2015 para R\$ 281,7 milhões no exercício de 2016, devido especialmente ao reconhecimento da depreciação no montante de R\$ 46,5 milhões, do efeito de variação cambial sobre o ativo imobilizado das controladas no exterior no montante de R\$ 21,8 milhões em função da desvalorização de 16,5% na moeda norte-americana frente ao Real no exercício de 2015. Outro fator importante que influenciou na queda do imobilizado a reversão de R\$ 28,4 milhões decorrentes do novo teste de *impairment* realizado no exercício de 2016.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante reduziu 16,3%, ou R\$ 34,4 milhões, passando de R\$ 211,6 milhões no exercício de 2015 para R\$ 177,2 milhões no exercício de 2016. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Fornecedores – Não Sujeitos à Recuperação Judicial

O saldo da conta de Fornecedores – Não Sujeitos à Recuperação Judicial reduziu 36,4% ou R\$ 10,6 milhões, passando de R\$ 29,1 milhões no exercício de 2015 para R\$ 18,5 milhões no exercício de 2016, principalmente no mercado interno do Segmento de Serviços em função do término de contratos existentes de prestação de serviços.

Salários, Provisões e Contribuição Social

O saldo da conta Salários, Provisões e Contribuição Social reduziu 64% ou R\$ 14,7 milhões, passando de R\$ 23,0 milhões em no exercício de 2015 para R\$ 8,3 milhões em 2016, devido principalmente a redução do quadro de funcionários da Companhia que era composto no exercício de 2015 com 1.585 colaboradores versus 718 no exercício de 2016.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante reduziu 17,4%, ou R\$ 88,6 milhões, passando de R\$ 509,1 milhões no exercício de 2015 para R\$ 420,4 milhões no exercício de 2016. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Empréstimos e Financiamentos – Sujeitos a Recuperação Judicial**

O saldo da conta de Empréstimos e Financiamentos - Sujeitos à Recuperação Judicial reduziu 26,6% ou R\$ 42,8 milhões, passando de R\$ 161,0 no exercício de 2015 para R\$ 118,2 milhões no exercício de 2016, devido principalmente ao registro de provisão de ajuste a valor presente e do bônus de subscrição dos empréstimos, debêntures e dos *Bonds*, em resultado da aprovação e homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia em 01 de dezembro de 2016.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido reduziu 52,2%, ou R\$ 48,7 milhões, passando de R\$ 93,3 milhões no exercício de 2015 para R\$ 44,6 milhões no exercício de 2016, devido principalmente ao efeito negativo do ajuste de conversão das investidas no exterior, afetado pela desvalorização de 16,5% na moeda norte-americana frente ao Real em 2016.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014

Na comparação das nossas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, as principais variações ocorreram em função de: (i) Passivo Circulante; (ii) Passivo Não Circulante; e (iii) Patrimônio Líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ mil)	2014	2015	Varição %
Ativo Total	1.022.629	814.031	-20,4%
Ativo Circulante	277.799	235.735	-15,1%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.539	31.012	1915,1%
Títulos e Valores Mobiliários	2.771	1.163	-58,0%
Contas a Receber de Clientes	115.483	62.330	-46,0%
Estoques	69.644	56.349	-19,1%
Impostos a Recuperar	24.686	30.976	25,5%
Outras Contas a Receber	5.145	7.715	50,0%
Despesas Antecipadas	10.970	4.672	-57,4%
Adiantamento a Fornecedores	25.139	26.234	4,4%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	22.422	15.284	-31,8%
Ativo Não Circulante	744.830	578.296	-22,4%
Títulos e Valores Mobiliários	4.500	5.640	25,3%
Depósitos Judiciais	25.295	22.275	-11,9%
Impostos a Recuperar	47.452	40.455	-14,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	489	-	-100,0%
Outras Contas a Receber	21.532	33.384	55,0%
Investimentos	15.960	676	-95,8%
Imobilizado	449.950	354.862	-21,1%
Intangível	179.652	121.004	-32,6%
Passivo Total	1.022.629	814.031	-20,4%
Passivo Circulante	305.378	211.624	-30,7%
Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	98.389	29.084	-70,4%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	-	6.517	n/a
Empréstimos e Financiamentos	56.884	31.145	-45,2%
Salários, Provisões e Contribuição Social	29.479	23.005	-22,0%
Comissões a Pagar	3.182	1.131	-64,5%
Impostos a Recolher	57.652	61.448	6,6%
Salários e Provisões - Sujeitos à Recuperação Judicial	-	33.462	n/a
Adiantamento de Clientes	2.883	3.783	31,2%
Participação no Resultado	655	767	17,1%
Outras Contas a Pagar	20.101	19.259	-4,2%
Provisão Multas Contratuais	30.068	2.023	-93,3%
Passivos Classificados como Mantidos para Venda	6.085	-	-100,0%
Passivo Não Circulante	621.893	509.094	-18,1%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	-	72.018	n/a
Empréstimos e Financiamentos - Sujeitos a Recuperação Judicial	-	161.026	n/a
Empréstimos e Financiamentos - Não Sujeitos a Recuperação Judicial	144.742	8.177	-94,4%
Debêntures	71.715	-	-100,0%
Bonds	127.968	-	-100,0%
Impostos a Recolher	6.443	9.000	39,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.780	120.947	258,0%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	107.948	125.301	16,1%
Outras Contas a Pagar	6.453	8.965	38,9%
Provisão Multas Contratuais	103.052	-	-100,0%
Provisão para Passivo a Descoberto em Controladas	19.792	3.660	-81,5%
Patrimônio Líquido	95.358	93.313	-2,1%
Capital Social	1.853.684	1.853.684	0,0%
Reserva e Transação de Capital	136.183	136.183	0,0%
Opções Outorgadas	13.549	13.549	0,0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(8.119)	126.671	-1660,2%
Prejuízos Acumulados	(1.899.939)	(2.036.774)	7,2%

Ativo Circulante

O Ativo Circulante reduziu 15,1%, passando de R\$ 277,8 milhões no exercício de 2014 para R\$ 235,7 milhões no exercício de 2015. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa aumentou significativamente 1915,1%, ou R\$ 29,5 milhões, passando de R\$ 1,5 milhão no exercício de 2014 para R\$ 31,0 milhões no exercício de 2015, devido especialmente ao recebimento de receitas decorrentes dos projetos de Chave Hidráulica, *Lifting Frame* e Flexitubo no Segmento de Serviços.

Contas a Receber de Clientes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de Contas a Receber de Clientes reduziu 46,0%, ou R\$ 53,2 milhões, passando de R\$ 115,5 milhões no exercício de 2014 para R\$ 62,3 milhões no exercício de 2015. Tal variação justifica-se em razão do recebimento de receitas acumuladas de aproximadamente dois anos decorrentes dos projetos de Chave Hidráulica, *Lifting Frame* e Flexitubo no Segmento de Serviços.

Estoques

O saldo da conta Estoques reduziu 19,1%, ou R\$ 13,3 milhões, passando de R\$ 69,6 milhões no exercício de 2014 para R\$ 56,3 milhões no exercício de 2015. Essa redução se justifica pela utilização e aproveitamento dos materiais estocados e redução na compra de matéria-prima e insumos.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante reduziu 22,4%, ou R\$ 166,5 milhões, passando de R\$ 744,8 milhões no exercício de 2014 para R\$ 578,3 milhões no exercício de 2015. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Investimentos

O saldo dos Investimentos diminuiu 95,8%, ou R\$ 15,3 milhões, passando de R\$ 16,0 milhões no exercício de 2014 para R\$ 0,7 milhão no exercício de 2015, devido à reclassificação de R\$ 15,3 milhões do investimento mantido com a Vicinay Marine S.L. para ativo mantido para venda, em função da negociação de venda da participação acionária detida pela Companhia na sociedade, conforme divulgado ao mercado no Fato Relevante em 06 de janeiro de 2016, estando tal negociação condicionada à aprovação pelo juiz responsável pela tramitação da recuperação judicial da Companhia.

Imobilizado

O saldo do Imobilizado Líquido reduziu 21,1%, ou R\$ 95,1 milhões, passando de R\$ 449,9 milhões no exercício de 2014 para R\$ 354,9 milhões no exercício de 2015, devido especialmente ao reconhecimento de R\$ 85,2 milhões de provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos imobilizados, segundo laudo de avaliação preparado de acordo com a demanda do processo de recuperação judicial, além do reconhecimento de R\$ 28,4 milhões de baixa de Mais Valia em Máquinas e Equipamentos do Segmento de Serviços.

Intangível

O saldo do Intangível reduziu 32,6%, ou R\$ 58,6 milhões, passando de R\$ 179,7 milhões no exercício de 2014 para R\$ 121,0 milhões no exercício de 2015, devido principalmente ao reconhecimento de R\$ 60,0 milhões de perda pela não recuperabilidade de ágio.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante reduziu 30,7%, ou R\$ 93,7 milhões, passando de R\$ 305,4 milhões no exercício de 2014 para R\$ 211,6 milhões no exercício de 2015. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Fornecedores

O saldo da conta de Fornecedores reduziu 70,4% ou R\$ 69,3 milhões, passando de R\$ 98,4 milhões no exercício de 2014 para R\$ 29,1 milhões no exercício de 2015, como consequência do processo de recuperação judicial da Companhia e registro da receita de ajuste a valor presente, com impacto no valor de R\$ 156,9 milhões. O saldo de R\$ 72,0 milhões de fornecedores passou a ser exigível no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos reduziu 45,2%, ou R\$ 25,7 milhões, passando de R\$ 56,9 milhões no exercício de 2014 para R\$ 31,1 milhões no exercício 2015, como consequência do processo de recuperação judicial da Companhia e registro da receita de ajuste a valor presente, com impacto no valor de R\$ 100,2 milhões no total de empréstimos e financiamentos. A maior parte da dívida da companhia com empréstimos e financiamentos passou a ser exigível no longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante reduziu 18,1%, ou R\$ 112,8 milhões, passando de R\$ 621,9 milhões no exercício de 2014 para R\$ 509,1 milhões no exercício de 2015. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta de Empréstimos e Financiamentos Sujeitos à Recuperação Judicial totalizou R\$ 161,0 milhões no exercício de 2015 e passou a englobar os saldos de Debêntures e *Bonds*. Como consequência do processo de recuperação judicial da Companhia, houve o registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos, debêntures e *Bonds* que diminuiu essas obrigações em cerca de R\$ 237,9 milhões.

Debêntures e Bonds

Em 31 de dezembro de 2015, devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Bonds* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuem incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme determinação para pagamento desses credores no Plano de Recuperação Judicial.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido reduziu 2,1%, ou R\$ 2,0 milhões, passando de R\$ 95,4 milhões no exercício de 2014 para R\$ 93,3 milhões no exercício de 2015, devido ao prejuízo líquido do exercício de 2015 no montante de R\$ 75,1 milhões, reduzido pelo efeito positivo do ajuste de conversão das investidas no exterior afetado pela valorização de 47,0% na moeda norte-americana frente ao Real em 2015.

Liquidez e Recursos de Capital

Fontes e Usos de Recursos

Historicamente, nossas principais fontes de recursos foram o caixa gerado pelas nossas operações e a captação de Empréstimos e Financiamentos, Bônus Perpétuos e Debêntures Conversíveis. No entanto, com o agravamento da crise no segmento de óleo e gás, momento em que a geração de caixa ficou comprometida e capacidade de captação de recursos no mercado bastante limitada, a empresa passou por um forte processo de reestruturação, que culminou com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial em 01 de dezembro de 2016, que permitiu o alongamento de suas obrigações com seus credores.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	2015	2016
	(Em milhares de R\$)		
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	(54.969)	41.535	(52.892)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento	67.906	10.437	29.919
Fluxo de Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(32.075)	(24.560)	(6.804)
Efeitos das Oscilações de Câmbio sobre o Caixa de Controladas no Exterior	1	19	(2)
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(19.137)	27.431	(29.779)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	20.676	3.581	31.012
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1.539	31.012	1.233

Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Companhia. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, matérias-primas em estoque, e pagamento de salários, por exemplo.

Em 2016, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou um consumo de R\$ 52,9 milhões versus geração de R\$ 41,5 milhões no exercício de 2015, redução de R\$ 94,4 milhões, devido principalmente aos efeitos do registro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do Novo plano de Recuperação Judicial homologado em 01 de dezembro de 2016, tais como: (i) ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures, e *Bonds* no montante de R\$ 237,7 milhões de geração versus R\$ 394,8 de consumo em 2015; (ii) registro de ajuste a valor justo em R\$ 292,1 em 2016 referente aos bônus de subscrição a serem emitidos.

Em 2015, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou uma geração de R\$ 41,5 milhões versus consumo de R\$ 55,0 milhões no exercício de 2014, aumento de R\$ 96,5 milhões, devido principalmente ao aumento do capital de giro aplicado no exercício de 2015 pelo recebimento de receitas acumuladas de aproximadamente dois anos decorrentes dos projetos de Chave Hidráulica, *Lifting Frame* e Flexitubo no Segmento de Serviços.

Atividades de Investimentos

As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Companhia. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

Nos anos de 2014, 2015 e 2016, o saldo total de nossos investimentos em ativo imobilizado, intangível e aquisição de investimentos, menos os montantes totais de venda de ativos totalizaram o montante positivo de R\$ 67,9, R\$ 10,4 e R\$ 29,9 milhões de geração, respectivamente.

A tabela a seguir contém os investimentos realizados e a desmobilização nos períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31		
	2014	2015	2016
	(Em milhares de R\$)		
Pagamento por Aquisição de Investimentos	(200)	-	-
Recursos Provenientes de Venda de Imobilizado	35.593	3.664	50
Recurso Proveniente de Venda de Investimentos	-	-	28.599
Compras de Imobilizado	(14.741)	(4.324)	(3.063)
Adição de Intangível	(3.265)	(2.253)	(171)
Alienação de Operação Descontinuada	49.547	11.922	-
Titulos e Valores Mobiliários - Restritos	972	1.428	4.504
Total	67.906	10.437	29.919

Os investimentos realizados em 2016 totalizaram R\$ 3,2 milhões, que representou redução de 50,8% sobre o valor investido em 2015. O saldo gerado de R\$ 29,9 milhões é devido especialmente à recurso proveniente da venda de participação societária na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., referente a 55.135 quotas, representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, recebendo por essa negociação o montante R\$ 28,6 milhões.

Os investimentos realizados em 2015 totalizaram R\$ 6,6 milhões, que representou redução de 63,5% sobre o valor investido em 2014. O saldo gerado de R\$ 10,4 milhões é devido especialmente à alienação de operações descontinuadas das unidades controladas argentinas Jefferson Sudamericana S/A, e suas unidades Jefferson Solenoid Valves U.S.A., Inc., Valjeff S/A de C.V. e Jefferson Solenoidbras Ltda no montante de R\$ 11,9 milhões.

Atividades de Financiamento

As atividades de financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Em 2016, houve consumo de R\$ 6,8 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de captação de empréstimos no montante de R\$ 79,1 milhões reduzido por pagamento no montante de R\$ 83,1 milhões e juros sobre empréstimos de R\$ 2,8 milhões.

Em 2015, houve o consumo de R\$ 24,6 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de pagamento de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 191,6 milhões e de juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 7,4 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2014, houve o consumo de R\$ 32,1 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de pagamento de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 20,3 milhões e de juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 11,8 milhões.

Nossos recursos são utilizados principalmente para o equilíbrio do capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Esta seção contém estimativas e perspectivas futuras as quais envolvem riscos e incertezas. Os nossos resultados reais poderão diferir significativamente das estimativas e perspectivas futuras aqui descritas. A discussão a seguir sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes. Nossas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2014, 2015 e 2016 mencionadas nesta seção foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standard Board – IASB (IFRS).

a. Comentários sobre os resultados das nossas operações, descrição de componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Exercício de 2016

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2016 atingiu R\$ 138,4 milhões, versus R\$ 268,3 milhões apurados no exercício de 2015, uma redução de 48,4%. O Segmento de Produtos apresentou redução de 6,9% na Receita Líquida Consolidada do exercício de 2016 em comparação a 2015, passando de R\$ 29,9 milhões em 2015 para R\$ 27,9 milhões em 2016. A redução foi especialmente sentida nas divisões de Válvulas *Oil&Gas* e Cabos de Ancoragem, sendo que a retomada da carteira de pedidos ocorre de forma lenta, mas constante em especial no segmento de Válvulas *Oil&Gas*, resultado de uma retomada gradual da demanda do segmento. A divisão de Válvulas Industriais por outro lado, apresentou crescimento de 48,3% no exercício de 2016 em comparação a 2015, passando de R\$ 14,9 milhões em 2015 para R\$ 22,1 milhões, principalmente em função do melhor equilíbrio financeiro da empresa ao longo do ano de 2016. O Segmento de Serviços apresentou uma forte redução na Receita Líquida Consolidada passando de R\$ 238,4 milhões no exercício de 2015 para R\$ 110,6 milhões no exercício de 2016, redução de 53,6%. Um dos principais fatores que ocasionaram a redução da Receita Líquida Consolidada no Segmento de Serviços desse período foi a queda de 77,1% da Receita Líquida na divisão de Tubular *Services & Coating*, em função do término de contratos existentes, função principal da queda da demanda. Adicionalmente houve uma significativa queda da Receita Líquida nas Operações da Colômbia de 60,1% de 2015 para 2016, afetadas pela redução do preço de petróleo, que impactou fortemente a demanda de serviços pelos clientes. As operações da divisão de *Oilfield Services* Brasil apresentaram uma redução da Receita Líquida de 44,7%, principalmente em função do término de contratos existentes, sem que os mesmos sejam aditivados, resultado da redução da demanda de serviços da Petrobras.

O Lucro Bruto no exercício de 2016 foi negativo de R\$ 30,6 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ 10,2 milhões no exercício de 2015 em decorrência da redução da Receita Líquida Consolidada de R\$ 129,8 milhões (48,4%), aos custos com rescisões que somaram R\$ 11,9 milhões e ao impacto dos custos fixos. A Margem Bruta Total apresentou queda de 18,3 pontos percentuais em 2016 quando comparada a de 2015.

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 228,7 milhões de despesa no exercício de 2015 para R\$ 2,5 milhões de receita no de 2016, redução de 101,1%, e estão relacionadas principalmente aos seguintes fatores: (i) R\$ 1,2 milhões de reversão de provisão para perdas com processos judiciais (provisão de R\$ 40,7 milhões em 2015); (ii) R\$ 60,0 milhões de perda por não recuperabilidade de ágio no exercício de 2015 e não recorrentes em 2016; (iii) R\$ 85,2 milhões de provisão de perda pela não recuperabilidade de ativos imobilizados, segundo laudo de avaliação preparado de acordo com a demanda do processo de recuperação judicial no exercício de 2015 e reversão de R\$ 28,4 milhões decorrentes do novo teste de *impairment* realizado no exercício de 2016; (iv) R\$ 3,6 milhões de provisão para perdas de obsolescência de estoques (R\$ 13,3 milhões em 2015); (v) R\$ 3,6 milhões de provisão para perdas extraordinárias de estoque e ajuste a valor de mercado no exercício de 2016 e não recorrentes no de 2015; (vi) R\$ 11,8 milhões de despesa com ociosidade de produção (R\$ 26,1 milhões em 2015) e devido à grande probabilidade da incerteza do recebimento foi registrado R\$ 14,5 milhões de provisão para perda de recebimento de outras contas a receber.

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2016 atingiu R\$ 456,5 milhões versus R\$ 399,2 milhões no exercício de 2015, um aumento de 14,3%, devido principalmente ao registro no exercício de 2015 da receita de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões versus R\$ 157,1 milhões no exercício de 2016 e ao registro de ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 292,1 milhões referente aos bônus de subscrição a serem emitidos conforme Novo Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado em 01 de dezembro de 2016.

A Despesa Financeira Total (excluindo a Variação Cambial) aumentou consideravelmente no exercício de 2016 em comparação com o de 2015, atingindo R\$ 474,1 milhões em 2016 versus R\$ 24,5 milhões em 2015 principalmente devido aos seguintes fatores ocorridos no exercício de 2016: (i) reversão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões (provisão de R\$ 394,8 milhões em 2015); (ii) registro de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

R\$ 21,4 milhões de multas e juros de mora sobre contingências e débitos tributários não recorrentes em 2015; (iii) registro de despesas com juros no montante de R\$ 41,3 milhões (R\$ 22,6 milhões em 2015); (iv) descontos concedidos no montante de R\$ 0,8 milhão não recorrentes em 2015 e provisão de juros sobre fornecedores no montante de R\$ 6,2 milhões (reversão de R\$ 8,6 milhões em 2015).

O EBTIDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas foi negativo em R\$ 6,4 milhões no exercício de 2016 ante resultado negativo de R\$ 20,4 milhões em 2015.

O EBTIDA Ajustado Consolidado do Segmento de Produtos apresentou valor negativo no exercício de 2016, consequência principalmente da redução da demanda resultado da crise do segmento de *Oil&Gas*. A variação positiva de R\$ 15,9 milhões no EBITDA do Segmento de Produtos no exercício de 2016 comparativamente ao de 2015 se deve principalmente ao aumento da margem líquida em 49,4 pontos percentuais e da redução de R\$ 11,7 milhões nas despesas com ociosidade da produção no exercício de 2016.

O EBTIDA Ajustado do Segmento de Serviços apresentou valor positivo no exercício de 2016 de R\$ 8,4 milhões versus R\$ 10,3 em 2015, principalmente devido aos seguintes registros: reversão de provisão de R\$ 28,4 milhões decorrentes de *impairment* de imobilizado e R\$ 14,5 milhões de provisão para perda de recebimento de outras contas a receber.

Como consequência desses fatores, o Resultado Líquido Consolidado do exercício de 2016 foi lucro de R\$ 7,4 milhões.

Exercício de 2015

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2015 atingiu R\$ 268,3 milhões, versus R\$ 384,3 milhões apurados no exercício de 2014, uma redução de 30,2%. O Segmento de Produtos apresentou redução de 71,9% na Receita Líquida do exercício de 2015 comparativamente a 2014, consequência especialmente das restrições de caixa que limitaram drasticamente as operações das divisões de Válvulas *Oil&Gas* e Cabos de Ancoragem durante o exercício de 2015, levando inclusive ao cancelamento de pedidos pelos clientes. Como resultado da crise financeira, a Companhia teve suspenso seu CRCC (Certificado de Registro de Classificação Cadastral) pela Petrobras no terceiro trimestre de 2015, impedindo que capturasse novas receitas relacionadas à Petrobras. No quarto trimestre de 2015, o CRCC foi reativado, no entanto, em função da crise do segmento de *Oil&Gas*, houve uma relevante redução da demanda no segmento, sendo que a retomada da carteira de pedidos tem sido lenta. No Segmento de Serviços, houve redução de 14,2% na Receita Líquida do exercício de 2015 comparativamente a 2014. A divisão de Tubular *Services & Coating* apresentou crescimento de 9,9% na Receita Líquida em função da priorização de recursos para conclusão do contrato. As operações da divisão de *Oilfield Services* Brasil apresentaram uma redução da Receita Líquida de 19,3%, principalmente em função das restrições de caixa para aquisição de materiais e insumos para manutenção, que limitaram a capacidade da Companhia disponibilizar equipamentos e atender a demanda de contratos existentes, potencializada pela redução da demanda de serviços da Petrobras. As operações na Colômbia foram afetadas pela queda do preço do petróleo em 2015, com a consequente retração da exploração naquele mercado, apresentando uma redução de 11,5%.

O Lucro Bruto no exercício de 2015 foi negativo de R\$ 10,2 milhões em comparação com o valor positivo de R\$ 36,6 milhões no exercício de 2014 em decorrência da redução da Receita Líquida Consolidada de R\$ 116,0 milhões (30,2%), dos custos com rescisões que somaram R\$ 11,2 milhões e dos custos com armazenagem no montante de R\$ 16,1 milhões. A Margem Bruta Total apresentou queda de 13,3 pontos percentuais em 2015 quando comparada a de 2014.

As Outras Despesas Operacionais passaram de R\$ 156,8 milhões no exercício de 2014 para R\$ 228,7 milhões no de 2015, aumento de 45,8%, e estão relacionadas principalmente aos seguintes fatores: (i) R\$ 85,2 milhões de provisão de perda pela não recuperabilidade de ativos imobilizados, segundo laudo de avaliação preparado de acordo com a demanda do processo de recuperação judicial; (ii) R\$ 60,0 milhões de perda por não recuperabilidade de ágio; (iii) R\$ 40,7 milhões de provisões para perdas com processos judiciais (R\$ 13,2 milhões em 2014); (iv) R\$ 13,3 milhões de provisões para perdas com obsolescência de estoques e (v) R\$ 26,1 milhões de despesas com ociosidade da produção (R\$ 13,2 milhões em 2014).

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2015 atingiu R\$ 399,2 milhões versus R\$ 93,6 milhões no exercício de 2014, um aumento de 326,5%, devido principalmente ao registro em 2015 da receita de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) reduziu 92,9% no exercício de 2015 em comparação com o de 2014, atingindo R\$ 24,5 milhões versus R\$ 345,0 milhões em 2014 devido principalmente ao reconhecimento em 2014 de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

perdas com valor justo das ações no montante de R\$ 139,6 milhões e perda com derivativo embutido das Debêntures no montante de R\$ 8,6 milhões não ocorridos em 2015, além da redução das despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, *Bonds* e sobre Debêntures, resultado da redução do endividamento da Companhia finalizado no terceiro trimestre de 2014, e da reversão de R\$ 8,6 milhões de provisão de juros sobre fornecedores no exercício de 2015.

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas foi negativo em R\$ 20,4 milhões no exercício de 2015 ante resultado negativo de R\$ 6,9 milhões em 2014. Tanto o EBITDA Ajustado Consolidado do Segmento de Produtos quanto o do Segmento de Serviços apresentaram redução no exercício de 2015 em comparação com 2014, consequência principalmente das restrições de caixa para aquisição de insumos e materiais, criando grandes limitações às operações, levando à perda de receitas, inclusive com o cancelamento de pedidos. Adicionalmente, a Companhia foi afetada pela redução da demanda de serviços e produtos, resultado da crise do segmento de *Oil&Gas*, bem como pela suspensão, ainda que temporária do CRCC junto a Petrobras, resultado da crise financeira da Lupatech, criando limitações à captura de novas receitas.

Como consequência desses fatores, o Resultado Líquido Consolidado do exercício de 2015 foi prejuízo de R\$ 75,1 milhões.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos por ela são altamente customizados, o que difere a precificação a cada novo projeto em que participa.

Nos últimos três anos não houve variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços. Houve variação relevante em função da queda de demanda resultado da crise do segmento.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro

Nossa Receita Líquida é afetada pela variação cambial sobre recebíveis denominados em moeda estrangeira.

Nossa variação cambial sobre insumos tem pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado. Já a nossa variação cambial sobre a posição de endividamento em moeda estrangeira, impacta o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social. As taxas de juros também impactam o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social, na medida em que sua variação impacta diretamente o valor de juros a pagar, i.e., a despesa financeira.

A inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço dada à inflação através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que tem em carteira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) e suas controladas e associadas (conjuntamente o “Grupo”) é um grupo composto por 18 unidades que possui, atualmente, dois segmentos de negócios: **Produtos e Serviços** e conta com 718 colaboradores.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”).

No Segmento de Produtos, a Companhia produz válvulas indústrias, válvulas para óleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas, equipamentos para completação de poços, compressores para gás natural veicular, através de empresa com participação relevante.

No Segmento de Serviços, a Companhia oferece serviços de sondas de perfuração e *workover*, intervenção em poços, revestimentos e inspeção de tubulações, equipamentos para completação de poços.

Devido as operações realizadas pela Companhia, os números e as análises de 2014, 2015 e 2016 foram ajustados para expressar o efeito causado pelas mudanças ocorridas tais como:

A Companhia efetuou nos últimos 3 exercícios os desinvestimentos de operações *non-core* no Segmento de Produtos e Serviços conforme segue:

Segmento Produtos

- controladas argentinas como Válvulas Worcester de Argentina S.A., Esferomatic S.A., Norpatagonica S.A., Válvulas W. San Luis e Industria Y Tecnologia en Aceros S.A. em 2014; e controlada indireta Jefferson Sudamericana S.A., e suas unidades Jefferson Solenoid Valves U.S.A., Inc., Valjeff S.A. de C.V. e Jefferson Solenoidbras Ltda. em janeiro de 2015.

As receitas de tais ativos adquiridos e desinvestidos estão expressas conforme tabela abaixo:

		Receita Operacional Líquida		
		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
		(Em milhares de R\$, exceto percentuais e índices)		
		2014	2015	2016
Segmento Produtos	Operação			
Operações das unidades controladas argentinas	Alienação	117.559	2.642	-

A receita líquida de alienações realizadas, conforme mencionado acima teve uma representatividade no Segmento de Produtos de 52,5% e 8,8% respectivamente, nos exercícios de 2014 e 2015.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Processo de desinvestimento de ativos *non-core*

Concomitante ao processo de capitalização e reestruturação do endividamento, para viabilizar o suporte ao fluxo de caixa de curto prazo e viabilização mínima de liquidez para a Companhia foram realizados importantes reforços de caixa advindos especialmente do processo de desinvestimento de ativos *non-core*:

Em 11 de outubro de 2013 foram vendidas as operações da Lupatech Tubular Services – Rio das Ostras, unidade do segmento de Serviços para VTS. A operação consistiu a aquisição de máquinas, equipamentos e instalações pelo montante de R\$ 58.098, gerando a entrada de R\$ 49.617 em 2013 e de R\$ 8.481 em abril de 2014.

Em 23 julho de 2014 foi vendido o terreno situado na cidade de Macaé, pertencente à Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda, gerando a entrada de R\$ 14.000.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 28 de outubro de 2014 foram vendidas as controladas argentinas Válvulas Worcester de Argentina S.A., Esferomatic S.A., Norpatagonica S.A., Válvulas W. San Luis e Industria Y Tecnologia en Aceros S.A. para o fundo de private equity Sophia Capital através de sua operação Flow Management Industries UK Ltd. O preço final da aquisição foi de US\$ 22.000 mil, sendo que US\$ 10.000 mil foram pagos na data de 03 de novembro de 2014 e os US\$12.000mil remanescentes em 14 de novembro de 2014.

Em 29 de janeiro de 2015 foi concluída a venda de sua controlada indireta Jefferson Sudamericana S.A., e suas unidades Jefferson Solenoid Valves U.S.A., Inc., Valjeff S.A. de C.V. e Jefferson Solenoidbras Ltda., para os empresários argentinos Ricardo e Felipe Menendez, por meio de suas operações Jikur S.A. e Jatdery S.A., localizadas no Uruguai. O preço final da aquisição foi de US\$ 5.700 mil, sendo que US\$ 4.281 mil foram pagos no fechamento, e US\$ 1.275 mil serão pagos em até 03 anos, contados da data de conclusão da venda, em não se materializando eventuais contingências apontadas pelo comprador, bem como em se verificando a recuperação de créditos de exportação retidos.

Em 07 de março de 2016 a Companhia concluiu a venda da sua participação societária na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., referente a 55.135 quotas, representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, recebendo por essa negociação o montante R\$ 28.599. A operação é a recompra de referida participação societária pela própria Vicinay e foi aprovada pelo juiz da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem de Capital, onde tramita a recuperação judicial da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Comentários sobre mudanças significativas nas práticas contábeis**

Em 2012 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu, dentre outros, os seguintes pronunciamentos que afetam as nossas atividades:

CPC 18 (R2) / Alterações a IAS 28 – Investimento em coligadas com controle compartilhado
CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em conjunto
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações consolidadas

Esses pronunciamentos contábeis, aprovados pela CVM em 2012, passaram a ter sua aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, determinam que empreendimentos controlados em conjunto sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia através do método de equivalência patrimonial.

Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os ativos, passivos e contas de resultado das investidas com controle compartilhado Luxxon Participações S/A e Unifit - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba S/A, mantendo apenas a avaliação do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Assim as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, assim como, o resultado de operações da Companhia, utilizando a equivalência patrimonial para tais investimentos.

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2015 e 2016, a Companhia informa que não houve alterações significativas de práticas contábeis, em relação a 2014 e 2015, respectivamente.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com base nas normas apresentadas acima, a Companhia aplicou em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 os novos requerimentos contábeis para empreendimentos controlados em conjunto derivados do CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto.

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2015 e 2016, a Companhia informa que não houve alterações significativas de práticas contábeis, em relação a 2014 e 2015, respectivamente.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2014, 2015 e de 2016.

Ressalvas:

Não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais de 2014, 2015 e de 2016.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia tem gerado prejuízos recorrentes e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 incorreu no prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 37.350 mil (consolidado – R\$ 55.194 mil) e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 35.200 mil (consolidado – R\$ 14.678mil), e não têm gerado caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações e para a manutenção de suas atividades operacionais, bem como divulga certas ações que estão sendo implementadas pela Companhia para a reversão desse cenário. A continuidade operacional depende do sucesso dos planos da Administração para reestruturação das operações e obtenção de recursos adicionais, incluindo a manutenção e o cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores em 08 de novembro de 2016 e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo em 1º de dezembro de 2016. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*), e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As políticas contábeis críticas são aquelas cuja aplicação é relevante para a condição financeira e resultado das operações e que requer julgamentos complexos ou subjetivos por parte da Administração, usualmente como resultado da necessidade de se elaborarem estimativas sobre os efeitos de assuntos que, inerentemente, envolvem incertezas. À medida que o número de variáveis e premissas que afetam a resolução futura de incertezas aumenta, esses julgamentos se tornam mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas das demonstrações financeiras:

- Nota explicativa 12 – Imobilizado;
- Nota explicativa 13 – Intangíveis;
- Nota explicativa 17 – Impostos de renda e contribuição social;
- Nota explicativa 19 – Processos contingentes e depósitos judiciais;
- Nota explicativa 21 – Passivos a valor justo.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Administração forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. É calculado usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração do Grupo. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis futuros.

Vida útil de ativos de longa duração

Reconhecemos a depreciação e/ou amortização de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, e refletem significativamente a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, realizamos combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3 (2008), aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, os custos da entidade adquirida devem ser alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos, com base nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. Exercemos julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. Geralmente são contratados especialistas externos de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que podem incluir estimativas de fluxos de caixa futuro descontado pelas taxas apropriadas. O uso das premissas, utilizadas para avaliação incluem estimativas de fluxo de caixa descontados ou taxas de descontos e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Não acreditamos que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas utilizadas, podemos estar expostos a efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises por período menor que o anual. Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil destes ativos.

Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo da provisão para perda do correspondente ativo.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. A Companhia realizou novos testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e previsões econômico financeiras de longo prazo.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação das unidades geradoras de caixa da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação da economia e das taxas de crescimento acontecerem em uma velocidade inferior à prevista, bem como se os planos da Administração para os negócios da Companhia não se concretizaram como esperado no futuro.

Em 2016, com base em testes de *impairment* foi identificado recuperação de provisão por perda de *impairment* de R\$ 28.387 no imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2015, com base nos laudos efetuados de avaliação de imobilizado, foram identificados e registrados valores de perdas por *impairment* de R\$ 85.200 no consolidado.

No exercício de 2015 a Companhia reconheceu as perdas pela não recuperabilidade do ágio nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 60.000, referente ao ágio da unidade Cordoaria São Leopoldo.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Os testes realizados para os segmentos de Produtos e Serviços no exercício de 2014 não apresentaram indicio de perdas pela não recuperabilidade de ágio e de outros intangíveis de forma que nenhum efeito advindo desta apuração foi reconhecido nas demonstrações financeiras. Houve baixa dos ágios no montante de R\$ 121.407 em função dos desinvestimentos das unidades argentinas.

Demais estimativas, julgamentos e políticas aplicáveis às nossas demonstrações financeiras

1 Instrumentos Financeiros

Classificamos ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. Classificamos passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

1.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Reconhecemos os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecemos um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferimos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Desreconhecemos um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.2 Ativos e passivos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Títulos e valores mobiliários

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda. Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Contas a receber de clientes

São demonstradas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos.

1.3 *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela referente ao instrumento de dívida) são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor captado, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos incorridos diretamente relacionados a transações de emissão de títulos e dívidas foram alocados, em conta redutora do correspondente passivo circulante e não circulante. Esses custos são apropriados ao resultado pelo período do financiamento como complemento do custo de captação, ajustando, assim, a taxa de juros efetiva da operação.

2 *Ajuste a valor presente*

Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, é reconhecido ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

3 Ajuste a valor justo

Para os ativos e passivos financeiros sem cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

O ajuste a valor justo é apresentado em conta específica, determinada como ajuste a valor justo e sua variação é alocada ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência.

4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio das compras ou de produção, tendo em conta o método de absorção total de custos industriais, inferior aos valores de realização.

No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

5 Intangíveis

a. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Conforme ICPC 9, o ágio de aquisições de controladas fundamentado em rentabilidade futura é registrado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) como “investimentos” e nas demonstrações financeiras consolidadas como “ativo intangível”. A parcela fundamentada em mais valia de ativo imobilizado é classificada, no balanço da controladora, como “investimentos” e no consolidado ao saldo do correspondente ativo.

O ágio é testado anualmente, ou em um período menor, quando houver indicativo de deterioração do investimento, para verificar prováveis perdas (*impairment*).

O ágio é alocado nas unidades geradoras de caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

b. Softwares e desenvolvimento de produtos e processos

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em 5 anos. A amortização destes valores é alocada, principalmente, na linha de custo dos produtos vendidos, na demonstração do resultado.

Os custos associados ao desenvolvimento, manutenção ou ao aprimoramento de novos produtos e processos, que apresentem objetivamente a geração de benefícios econômicos futuros através da formação de nova receita ou pela redução de custos, são ativados em conta específica e amortizados pela vida útil definida na qual os benefícios a serem gerados foram estimados.

6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano
Terrenos	-
Prédios e construções	2%
Máquinas e equipamentos	9%
Moldes e matrizes	15%
Instalações industriais	5%
Móveis e utensílios	9%
Equipamentos para processamento de dados	14%
Benfeitorias	2%
Veículos	19%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7 Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

a. **Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. *Ativos classificados como disponíveis para venda*

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

d. *Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial*

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

e. *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8 Imposto de renda e contribuição social

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no exercício, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. *Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos

b. *Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

9 Benefícios a empregados e administradores

a) *Remuneração com base em ações*

Para o exercício social corrente, o Conselho de Administração propôs um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção") a profissionais a serem selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre os administradores, executivos, colaboradores e nossos prestadores de serviços e de nossas controladas, ainda pendente de aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária dos nossos acionistas, em conformidade com nosso Estatuto Social. As condições gerais propostas do Plano de Opção são aquelas constantes da minuta divulgada ao mercado em 16 de março de 2017 e os principais objetivos são os seguintes:

- estimular a retomada dos níveis históricos de atividade operacional da Companhia e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para alinhamento dos interesses e objetivos dos profissionais chave da Companhia com seus acionistas, em especial o cumprimento das obrigações contidas no seu plano de recuperação judicial;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de seus profissionais chave, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e formas previstos neste Plano; e
- promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus profissionais chave.

O Plano de Opção consiste na concessão de direitos de compra de nossas ações, respeitadas regras pré-estabelecidas de preços e prazos. O preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração, com um prazo de carência (*vesting*) total de cinco anos para o exercício das opções. A opção poderá ser exercida sobre a totalidade ou sobre uma parte das ações durante o período de exercício da opção. O período de exercício da opção será de sete anos, a contar da data de assinatura do contrato de opção.

b) *Participação nos resultados*

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nos Planos de Participação nos Resultados e Plano de Remuneração Variável, que leva em conta metas individualizadas e corporativas.

10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

11 Demais direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

12 Demonstração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. A receita da venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens e serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau de normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais bens; c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; d) o recebimento de contas a receber é provável; e) os custos incorridos ou a incorrer referentes às transações possam ser medidos com segurança.

Na unidade Cordoaria São Leopoldo o critério adotado para reconhecimento da receita de vendas e respectivos custos é o método conhecido como “Porcentagem de Conclusão (POC)” devido às características de atividade e comercialização dos produtos, as quais apresentam tempo médio de produção superior à periodicidade na qual as informações contábeis são divulgadas (trimestral). Neste critério, o reconhecimento da receita e os respectivos custos de produção são feitos com base no estágio de produção. As especificações técnicas dos produtos são determinadas pelo cliente e específicos para cada um dos projetos, sendo o processo de produção supervisionado diretamente pelo cliente ou pelos órgãos certificadores por eles indicados.

13 Conversão de saldos em moeda estrangeira

a. *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Empresas controladas diretas e indiretas	Moeda Funcional	País
Participações diretas		
Mipel Ind. e Com. de Válvulas Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Equipamentos de Serviços para Petróleo Ltda.- Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Lupatech II Finance Limited	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Recu S.A.	Peso Argentino	Argentina
Lupatech OFS Coöperatief U.A.	Dólar Americano	Holanda
Lupatech Netherlands Coöperatief U.A.	Dólar Americano	Holanda
Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Participações indiretas		
Recu S.A.	Peso Argentino	Argentina
Lupatech Netherlands Coöperatief U.A.	Dólar Americano	Holanda
Lupatech OFS S.A.S.	Peso Colombiano	Colômbia
Lupatech Perfuração e Completação Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Sotep Sociedade Técnica de Perfurações S/A - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Prest Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
UNAP International Ltd.	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Empresas controladas em conjunto	Moeda Funcional	País
Participações diretas		
Luxxon Participações S.A.	Reais	Brasil
Participações indiretas		
Aspro do Brasil Sistemas de Compressão para GNV Ltda.	Reais	Brasil
Delta Compresión S.R.L.	Peso Argentino	Argentina

b. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas do Grupo utilizadas como base para avaliação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação conforme abaixo:

- (i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço;
- (ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- (iii) Os saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura originados da aquisição de entidades no exterior, realizada após a adoção dos CPCs/IFRS, e quaisquer ajustes de valor justo nos valores contábeis de ativos e passivos originados da aquisição dessa entidade no exterior são tratados como ativos e passivos de entidade no exterior. Desse modo, eles são expressos na moeda funcional da respectiva entidade adquirida no exterior e são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço; e
- (iv) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha "Ajustes Acumulados de Conversão", subconta do grupo "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

14 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

15 Relatório por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. As tomadas das decisões estratégicas do Grupo são de responsabilidade do Conselho de Administração.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras:**

a. os ativos e passivos detidos por nós, direta ou indiretamente, que não aparecem no nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2016 não tínhamos quaisquer operações ou compromissos não registrados nas nossas demonstrações financeiras. Não possuímos quaisquer subsidiárias que não estejam incluídas nas nossas demonstrações financeiras consolidadas, nem possuímos quaisquer participações em, ou relacionamentos com quaisquer sociedades de propósito específico que não estejam refletidos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável,

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, não há itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Perspectivas de negócios envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

A Administração revisou todos os projetos em que a Lupatech está envolvida, buscando garantir taxas de retorno atrativas e que criem valor para seus acionistas.

Assim sendo, não foram contemplados investimentos em *capex* para o exercício de 2017 apenas foram consideradas despesas operacionais com manutenção de equipamentos.

Caso a Companhia adicione novos projetos ao seu backlog durante o exercício de 2017 que demandem investimentos adicionais, comunicará aos seus acionistas e ao mercado em geral.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, não foram contemplados investimentos para exercício de 2017.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não possuímos desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva

Investimos no último ano R\$ 3,1 milhões em aquisição de *capex*, direcionado principalmente para as unidades do Segmento de Serviços, que foi aplicado em busca da execução de investimentos necessários para a melhoria da eficiência produtiva e avanço na mobilização dos contratos do *Backlog*, no entanto o montante aplicado ainda é significativamente menor do que o necessário.

c. novos produtos e serviços indicando:

No ano de 2017, a Companhia não contempla no seu plano de investimento, valores destinados a produtos ou serviços que não estejam no seu portfólio de vendas.

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os itens *i*, *ii*, *iii* e *iv* não se aplicam conforme indicado acima.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores com influência relevante.